

CIBEC/INEP



B0002086

Ministério da Educação e Cultura

PRINCIPAIS ATIVIDADES  
E REALIZAÇÕES

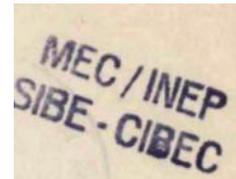


(1930 — 1967)

54.32 (81) "1930/1967"

823p

lx.2



# Ministério da Educação e Cultura

## PRINCIPAIS ATIVIDADES E REALIZAÇÕES

□ (1930—

1967)

MINISTRO DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E CULTURA:

*Prof. Raymundo Augusto de Castro Moniz de Aragão*

CHEFE DO GABINETE DO MINISTRO:

*Prof. Guilherme Augusto Canedo de Magalhães*

SUBCHEFES DO GABINETE DO MINISTRO:

*Dr. José Pedro Ferreira da Costa (Guanabara)*

*Dr. Plínio de Carvalho Werneck (Brasília)*

ASSESSORIA DO GABINETE DO MINISTRO:

*Asterio Dardeau Vieira*

*Dulce Cunha*

*Edegard Games.*

*Helena Lamenha*

*Isabel Grilo*

*José Nogueira Ribeiro*

*Manoel Antonio Gonçalves*

*Miguel Jansen Filha*

*Nair Fortes Abu-Merhy*

*Oku Martins Pereira*

*Regina Helena Braga da Veiga*

*Sylvia Bastos Tigre*

*Este opúsculo registra as principais realizações e atividades do Ministério da Educação e Cultura, desde a sua criação até a presente data.*

*Integram o presente opúsculo depoimentos pessoais dos ex-Ministros da Educação, Profs. Francisco Campos, Clóvis Salgado e Flávio Suplicy de Lacerda, súmula das principais realizações levadas a efeito na gestão do ex-Ministro Gustavo Capanema e relato das principais realizações do Ministério na gestão do Ministro Raymundo Moniz de Aragão, no período compreendido entre 31 de junho de 1966 a 15 de março de 1967.*

## Breve histórico do Ministério da Educação e Cultura e seus antecedentes

NAIR FORTES ABU-MERHY Assessora do Gabinete do Ministro

A ação governamental começou a ser exercida, diretamente, na educação brasileira, em 1759, com Pombal, abolindo o sistema de ensino dos jesuítas implantado em 1549. Com a transmigração da família real, D. João VI criou escolas superiores e aulas secundárias avulsas, a partir de 1808.

A primeira Constituição do Império (1824) instituiu a gratuidade da instrução primária para todos os cidadãos. Pelo Projeto do Cônego Januário da Cunha Barbosa, o ensino foi organizado em quatro graus. Parte desse Projeto, a referente ao ensino primário, foi convertida na Lei de 15 de outubro de 1827, no mesmo ano em que se criaram os primeiros cursos jurídicos, instalados em 1828.

O Ato Adicional à Constituição — 1834 — comprometeu as bases da formação do sistema escolar público. A descentralização, que então se promoveu, por uma falsa interpretação do Ato, levou o ensino primário-normal à competência das Províncias, ficando a Metrópole com a responsabilidade do ensino secundário e superior. Essa repartição de poderes, na prática, durou até 1962, quando entrou em vigor a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Em 1835, fundou-se a primeira escola normal do Brasil (Niterói), seguindo-se a da Bahia (1842), São Paulo (1846) e

Rio de Janeiro (1880). Em 1837, criou-se o atual Colégio Pedro II e, a partir de então, houve impulso na criação de escolas secundárias particulares.

Em 1854, promulgou-se a Reforma Couto Ferraz; em 1857, a do Marquês de Olinda; a de 1870, de Paulino de Souza e, em 1876, a de Cunha Figueiredo.

Em 1875, foi criada a Escola de Minas, em Ouro Preto.

A mais importante Reforma do Império, a de Leônicio Carvalho, de 1879, mereceu os brilhantes pareceres de Rui Barbosa. À luz dessa Reforma, surgiram as primeiras academias de ensino superior particulares.

Seguiu-se a Reforma Barão Homem de Melo, em 1881.

Em 1889, na última Fala do Trono, o Imperador D. Pedro II, solicitando medidas para a melhoria da educação do Império, propunha a instituição de duas Universidades e a fundação de uma Faculdade de Ciências e Letras.

Eram apelos tardios. Despontava a República.

Proclamada a República, foi organizado o Governo Provisório e criados os Ministérios, entre os quais o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos (19-4-1890), extinto a 26-12-1892.

Processou-se a Reforma Benjamin Constant, primeiro titular da pasta, em 1890, que, entre outras medidas, criou o Conselho de Instrução Superior.

Fernando Lobo, substituto de Benjamin Constant, na pasta, assinou o Código de Ensino Superior, em 3-12-1892, época em que o Ministério da Instrução Pública, Correios e Telégrafos cessou de existir, fundindo-se, a 26-12-1892, conforme já assinalado, com o Ministério da Justiça e Negócios Interiores, que passou a superintender os assuntos da educação.

Em 1901, foi decretada a Reforma Eptácio Pessoa e, em 1911, a Lei Orgânica do Ensino Livre, de Rivadávia Correia, esta

desoficializando o ensino, permitindo então o grande impulso das instituições particulares. Instituiu êle o exame vestibular e a docência livre, duas inovações que resistiram ao longo dos tempos, e criou o Conselho Superior de Ensino, que veio a sofrer, posteriormente, modificações, tanto no nome quanto nas funções.

Em 1915, Carlos Maximiliano revogou a lei precedente e previu, na sua Reforma, a possibilidade da organização de uma Universidade, que veio a ser criada em 1920, com o nome de Universidade do Rio de Janeiro. Outras Universidades brasileiras, que se criaram antes, não tiveram substrato em dispositivos expressos da legislação federal.

Em 1925, a Reforma Rocha Vaz revogou a anterior.

De 1924 a 1930, há grande movimento de renovação na educação: funda-se a Associação Brasileira de Educação (1924); vários Estados reformulam os seus sistemas de ensino e salientam-se vários pedagogos; cria-se a Universidade Estadual de Minas Gerais (1927).

Foi relevante o papel da Associação Brasileira de Educação, com as suas Conferências Anuais, realizadas desde 1927.

As publicações educacionais, que até então sé resumiam na obra de J. Pires de Almeida — *L'Education publique au Brésil*, ainda do Império, e a de José Veríssimo — *A Educação Nacional*, no início do século, foram enriquecidas com trabalhos de Afrânio Peixoto, Antônio Carneiro Leão, Lourenço Filho, Alceu Amoroso Lima e, posteriormente, Anísio Teixeira.

José Augusto e Monteiro de Sousa apresentaram projetos importantes sobre educação na Câmara Federal.

As idéias de renovação fervilhavam.

Advém a Revolução de 1930.

Foi criado o Ministério da Educação e Saúde Pública (Dec. 19.402, de 14-11-1930), o qual, em 1937, passou a denominar-se Ministério da Educação e Saúde (Lei nº 378, de 13-1-1937). E, em

1953, veio a ser desmembrada aquela pasta, com a conseqüente criação do Ministério da Educação e Cultura e do Ministério da Saúde (Lei nº 1.920, de 27-7-1953, regulamentada pelo Dec. nº 34.596, de 16-11-1953).

Foi então assinado o Convênio das Estatísticas Educacionais (1932). O plano aí adotado tomou maior consistência com a criação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, em 1937.

Em janeiro de 1931, a Associação Brasileira de Educação realizou a 4ª Conferência para discutir "As grandes Diretrizes da Educação popular", pronunciamento este acolhido pelo então Ministério da Educação e Saúde Pública. Foi publicado, a seguir, o Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova.

O primeiro titular do recém-criado Ministério, Professor Francisco Campos, reformulou o ensino universitário, dando-lhe um Estatuto, bem como o ensino secundário, trazendo à sistemática geral, o ensino comercial. Deu especial relevo à formação do magistério, prevendo a criação de uma Faculdade de Educação, Ciências e Letras, ao mesmo tempo que instituiu o Conselho Nacional de Educação, com atribuições de alto relevo.

A Associação Brasileira de Educação, na sua 5ª reunião, estudou o problema de redação do capítulo "Educação e Cultura", para a Constituição de 1934, que nela teve acolhida. E, como decorrência do imperativo constitucional, o Conselho Nacional de Educação elaborou o Plano Nacional de Educação, que não chegou a ser aprovado.

Criado em 1937, instalou-se, no ano seguinte, o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, que vem tendo papel importante na pesquisa educacional e nos debates sobre a educação.

De 1942 a 1943, Gustavo Capanema elaborou as Leis Orgânicas do Ensino Médio, já tendo criado a Faculdade Nacional de Filosofia (1939).

A Constituição de 1946 descentralizara o ensino, mas não foi logo cumprido o mandamento.

Em 1948, o Ministro Clemente Mariani encaminhou ao Congresso o projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que mereceu numerosos estudos e despertou a opinião pública, tendo sido objeto de especial apreciação, em 1950, por parte da Associação Brasileira de Educação.

A partir de 1950, a União começou a expandir seu sistema de ensino superior, com a federalização de várias Universidades e estabelecimentos isolados.

Criaram-se, através dos tempos, órgãos importantes autônomos, como o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, que coadjuvam a ação do Ministério.

Começou a expandir-se o ensino industrial, que fora trazido à sistemática da legislação por Gustavo Capanema.

Em 1945 reformulou-se o problema de autonomia universitária, já proposto no Estatuto das Universidades Brasileiras, por Francisco Campos (1931), autonomia essa que veio a ser redefinida na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Nesse mesmo ano, o Ministério da Educação e Cultura sofreu reestruturação pelo Decreto n° 8.535, de 2-1-1946, regulamentado pelo Decreto n° 20.302, de 2-1-1946.

Em 1946 o Ministro Sousa Campos reformulou o plano de ensino das Faculdades de Filosofia, criando ensino a especializações.

Formaram-se Campanhas importantes para solução dos problemas de educação de adultos, de educação rural, de alimentação escolar e de material didático.

Surgiu o interesse pelo aperfeiçoamento do corpo docente, criando-se a Campanha de Aperfeiçoamento do Pessoal de nível superior, em 1951, reestruturada em 1964.

Em 27-12-1961, foi, finalmente, promulgada a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que passou a vigor a partir de 1962.

Com a constituição do Conselho Federal de Educação, segundo os preceitos dessa lei, iniciou-se o imenso esforço de planejamento nacional da Educação, através do qual se disciplina a aplicação dos recursos resultantes dos Fundos, anteriormente criados. Esse mesmo órgão vem traçando as mais importantes diretrizes em matéria educacional.

Com a Reforma Administrativa, aprovada pelo Decreto-lei nº 200. de 25-12-1967, o Ministério da Educação e Cultura virá a sofrer profundas alterações em sua estrutura.

O Ministério do Planejamento e Coordenação Econômica procedeu a diversos levantamentos e análises relativas ao desenvolvimento sócio-econômico e educacional e, conjugando seus estudos com os do Ministério da Educação e Cultura, formulou as diretrizes para o Plano Decenal de Educação, de 1966-1976.

Há, agora, mais nítida consciência da responsabilidade do Ministério da Educação e Cultura na expansão quantitativa e no aperfeiçoamento do ensino e na difusão da cultura, realizando, afinal, o postulado democrático de igualdade de oportunidades.

Relação nominal dos Ministros de Educação, desde a criação do Ministério até a presente data:

### MINISTROS DA EDUCAÇÃO E SAÚDE

FRANCISCO LUIZ DA SILVA CAMPOS 6-12-930 a 31-08-931 2-12-931 a 15-09-932 BELISÁRIO AUGUSTO DE OLIVEIRA PENA

1-09-931 a 1-12-931

WASHINGTON FERREIRA PIRES

16-09-932 a 25-07-934

GUSTAVO CAPANEMA

26-07-934 a 30-10-945

RAUL LEITÃO DA CUNHA

30-10-945 a 31-01-946

ERNESTO DE SOUZA CAMPOS

31-01-946 a 7-12-946 CLEMENTE

MARIANI BITTENCOURT 7-12-946 a 15-

05-950 EDUARDO RIOS FILHO

15-05-950 a 30-06-950 (interino substituto) 30-06-950 a 4-

08-950 (interino) PEDRO CALMON MONIZ DE BITTENCOURT

4-08-960 a 31-01-951 18-06-959 a 16-06-960 (interino

substituto)

ERNESTO SIMÕES DA SILVA FREITAS FILHO 31-

01-951 a 25-05-953

PÉRICLES MADUREIRA DE PINHO

26-05-953 a 24-06-953(interino substituto)

### MINISTROS DA EDUCAÇÃO E CULTURA

ANTÔNIO BALBINO DE CARVALHO FILHO

25-06-953 a 2-07-954

EDGAR REGO SANTOS

6-07-954 a 2-09-954

CÂNDIDO MOTA FILHO

2-09-954 a 17-11-955

ABGAR RENAULT

24-11-955 a 31-01-956

CLÓVIS SALGADO DA GAMA

31-01-956 a 30-04-956

5-05-956 a 2-10-956

5-11-956 a 17-06-959

24-06-960 a 1-07-960

17-10-960 a 31-01-961

CELSO TEIXEIRA BRANT

30-04-956 a 4-05-956 (interino substituto)

NEREU DE OLIVEIRA RAMOS

3-10-946 a 4-11-956 (interino substituto)

JOSÉ PEDRO FERREIRA DA COSTA

17-06-960 a 24-06-960 (interino substituto)

PEDRO PAULO PENIDO

1-07-960 a 17-10-960

BRÍGIDO FERNANDES TINOCO

31-01-961 a 25-08-961

ANTÔNIO FERREIRA DE OLIVEIRA BRITO  
8-09-961 a 11-07-962

ROBERTO LYRA  
12-07-962 a 14-09-962

DARCY RIBEIRO  
18-09-962 a 23-01-963 TEOTÔNIO MAURÍCIO

MONTEIRO DE BARROS FILHO  
23-01-963 a 18-06-963

PAULO DE TARSO SANTOS  
18-06-963 a 21-10-963

JÚLIO FURQUIM SAMBAQUY  
21-10-963 a 6-04-964 (interino) Luiz ANTÔNIO DA  
GAMA E SILVA 6-04-964 a 15-04-964 FLAVIO SUPPLY  
DE LACERDA  
15-04-964 a 8-03-965  
22-04-965 a 10-01-966 RAYMUNDO AUGUSTO

DE CASTRO MONIZ DE ARAGÃO  
8-03-965 a 20-04-965 (interino substituto)  
30-06-966 a 4-10-966  
18-10-966 a 20-10-966  
11-11-966 a 15-03-967

PEDRO ALEIXO  
10-01-966 a 30-06-966 GUILHERME AUGUSTO CANEDO DE  
MAGALHÃES 4-10-966 a 17-10-966 (interino)  
21-10-966 a 10-11-966 (interino substituto)

## A Educação e a Cultura na gestão do Ministro Francisco Campos \*

6-12-930 a 31-8-931

2-12-931 a 15-9-932

### I

Em novembro de 1930 o Governo Provisório criou o Ministério da Educação e Saúde. Logo em seguida nomeado Ministro da Pasta recém-criada, assumi a sua posse em 18 de novembro de 1930.

Os primeiros cuidados de quem assumia a direção da nova Pasta eram, obviamente, a organização do seu aparelho administrativo. Completada a organização do Ministério da Educação e Saúde, dediquei a maior parte do nosso tempo ao estudo da reorganização do ensino secundário e superior, instituindo comissões que nos auxiliaram na formulação das linhas gerais que deveriam ser observadas na reforma dos dois graus do ensino.

Reunidos os vários elementos que nos foram apresentados pelas comissões de estudo, passamos a redigir os respectivos de-cretos-leis e as exposições de motivos em as quais se justificavam as linhas gerais da reforma.

*Ensino secundário* — A duração do curso secundário foi elevada de 5 para 7 anos, o que permitiu melhor seriação das matérias e dar maior importância ao estudo das ciências naturais.

\* — Depoimento prestado pelo ministro Francisco Campos.

O curso foi dividido em duas partes: a primeira, de cinco anos, ou a comum e fundamental, e a segunda, de dois anos, dividida em três seções, destinadas, pela diversidade das matérias distribuídas entre elas a preparar os estudantes de acordo com o ramo do ensino superior que houvesse escolhido. A fiscalização das estabelecimentos equiparados não poderia limitar-se à verificação da regularidade dos atos administrativos. Para ser eficiente, a fiscalização teria de informar sobre a eficiência do ensino ministrado. Como era impossível exigir dos fiscais ou inspetores um conhecimento enciclopédico, dividiu-se a inspeção em três setores: a) letras; b) ciências matemáticas, física e química; c) ciências biológicas e sociais.

*Ensino superior* — A primeira parte da reforma do ensino superior contém o Estatuto das Universidades Brasileiras e nela se adota, como regra da organização do ensino superior, o sistema universitário. O Estatuto das Universidades se limita a instituir, em linhas gerais, o modelo da organização administrativa e didática, admitindo variantes, desde que justificadas por condições ou circunstâncias cuja interferência na organização e objetivos do ensino universitário fosse de manifesta utilidade ou concorresse para maior eficiência deste ensino. Embora não conferisse às universidades, plena ou integral autonomia, o estatuto dava-lhes autonomia relativa, permitindo certa flexibilidade quanto à sua organização didática e administrativa. A autonomia integral só poderia ser obtida depois de amadurecido pelo tempo o espírito universitário, condição que, a nosso ver, ainda não se encontra realizada.

Na reforma do ensino superior foi criada a Escola de Educação, Ciências e Letras, destinada não só à promoção da cultura geral, como, precipuamente, a formar professores para o ensino secundário. Foram criados, igualmente, o Conselho Nacional de

Educação, o Conselho Universitário e em cada Escola Superior o Conselho Técnico e Administrativo.

O concurso para o recrutamento dos professores sofreu alteração. A banca examinadora que, no regime anterior, era composta somente de professores da escola interessada, passaria a ser composta de dois professores dessa escola e de três pertencentes à Congregação de Escolas Congêneres.

O julgamento do concurso pela congregação foi limitado quanto à sua amplitude. Não lhe caberia classificar os candidatos, mas tão somente aprovar ou rejeitar o parecer da comissão examinadora. No caso de ser unânime, o parecer só poderia ser recusado por dois terços de votos da congregação.

A investidura mediante concurso não dava direito à vitaliciedade. A nomeação se faria por um período de dez anos. Ao fim deste período, mediante novo julgamento, o professor poderia tornar-se vitalício.

A reforma instituiu a figura de mandato universitário, a ser conferido a instituto altamente especializado, o que contribuía para suprir a deficiência dos cursos especializados ministrados por universidades. Foram instituídos cursos de extensão universitária, abertos à frequência indiscriminada de quantos, embora não universitários, quisessem beneficiar-se do seu valor cultural. Foram remodelados os cursos das diversas Escolas Superiores.

O curso jurídico foi dividido em dois ciclos: a) bacharelado, adstrito ao ensino das disciplinas necessárias ou indispensáveis ao exercício profissional; b) de doutorado, cuja finalidade era de caráter cultural, compreendendo cadeiras que não interessassem diretamente aos práticos do direito.

No ensino médico, deu-se ênfase especial ao ensino das disciplinas básicas. Foram suprimidas as cadeiras de física, química geral e mineral e de química orgânica, substituídas pelas de física biológica e química fisiológica. Foram suprimidas as cadeiras de

obstetrícia, de patologia médica e de patologia cirúrgica, porque, em verdade, tais cadeiras se limitavam à parte doutrinária, respectivamente, das de clínica obstétrica, de clínica médica e de clínica cirúrgica. Foram criados cursos de aperfeiçoamento e de especialização. Foram criadas condições necessárias ao efetivo exercício da livre docência. Exigiu-se concurso para livre docência, assim como a revisão periódica do quadro de livre docentes. O exercício efetivo da livre docência teria como efeito a ampliação da capacidade didática das Escolas Superiores e seria, assim, medida destinada a diminuir o número de excedentes de candidatos a matrícula, o qual aumenta anualmente em proporções impressionantes.

Na reforma do curso de engenharia deu-se ênfase especial ao ensino das disciplinas teóricas, sem cujo conhecimento não poderá haver autênticas especializações, de caráter técnico. Dadas as íntimas relações entre a técnica e a ciência, exige-se do engenheiro uma sólida instrução científica, embora não se excluam os conhecimentos adequados às linhas típicas dos diferentes ramos da engenharia. O conhecimento minucioso de um destes tipos só pode ser adquirido em cursos altamente especializados, que fogem, obviamente, aos quadros docentes de simples Escolas de Engenharia. Foram criadas no curso de engenharia quatro novas cadeiras a serem providas efetivamente, com exceção da de Foto-topografia, Técnica Cadastral e Cartografia, admitindo-se que o seu estudo se fizesse no Serviço Geográfico Militar.

*Ensino comercial* — Posteriormente, foi reformado o ensino comercial até então ministrado de maneira rudimentar e limitado tão somente à formação de contadores. A reforma ampliou o antigo ensino comercial, criando os cursos de guarda-livros, administrador-vendedor, perito contador e, finalmente, o curso superior de administração e finanças.

## II

Uma vez decretadas as reformas, começou o trabalho da sua implantação. Esta se fez sem maiores dificuldades no que tange ao ensino superior. Quanto ao ensino secundário, apenas começamos a execução, tanto mais difícil e trabalhosa quanto esse ramo de ensino era ministrado em estabelecimentos equiparados, que constituíam a maioria esmagadora dos colégios. Os estabelecimentos equiparados se ressentiam de numerosas e graves deficiências. Começamos por examinar o espaço escolar, o estado das salas de aulas, as suas dimensões com relação ao número de estudantes, o equipamento e as condições higiênicas. Grande número dos estabelecimentos não atendiam às exigências mínimas em relação aos itens mencionados. Exigiu-se que as deficiências fossem supridas e alguns estabelecimentos cujas instalações, por seu bradante contraste com as exigências mínimas, foram fechados até que fossem instalados em condições de maior decência, uma vez que se tratava de verdadeiras espeluncas, visando antes ao comércio do que à educação.

A nossa permanência no Ministério sofreu interrupção de alguns meses. Voltando à Pasta, a exercemos por mais alguns meses. Somados os dois períodos, dirigimos o Ministério da Educação e Saúde por espaço de pouco mais de ano, tempo insuficiente para a completa implantação da reforma, particularmente no que diz respeito ao ensino secundário.

## A Educação e a Cultura na gestão do Ministro Gustavo Capanema

26-7-934 a 30-10-945

O Ministro Gustavo Capanema ocupou a Pasta da Educação e Saúde por mais de onze anos, de 26 de julho de 1934 a 29 de outubro de 1945. A extensa série de empreendimentos legislativos e regulamentares por um lado, e, por outro, o continuado esforço de criação e organização de novos serviços administrativos e de reorganização dos velhos serviços, assim como de construção e aparelhamento de estabelecimentos de ensino e de cultura e de saúde pública e assistência hospitalar, não podem, dada a natureza desta notícia, ser indicados senão sucintamente e nos pontos principais.

É ainda de notar que, destinando-se esta notícia apenas ao estrito histórico do Ministério da Educação e Cultura, será posta de lado toda a matéria atinente aos empreendimentos sanitários e assistenciais, de natureza legislativa e executiva, que, tão escassos que eram em 1934, apenas limitados à Capital Federal, passaram a formar uma vasta rede de planos e serviços de atuação em todo o país, os quais, no ano de 1953, já podiam dar nascimento a uma nova unidade ministerial, o Ministério da Saúde.

### A CÚPULA DO MINISTÉRIO

1. O primeiro grande esforço realizado pelo Ministro Gustavo Capanema foi a organização da estrutura geral do Minis-

tério e, de modo especial, da sua cúpula administrativa, nos moldes de um moderno e racionalizado ordenamento do serviço público. Com longa exposição de motivos do ministro, foi a reforma proposta ao Congresso em 1935 e veio a ser sancionada mais de um ano depois (Lei n° 378, de 13 de janeiro de 1937).

2. Paralelamente à obra de estruturação administrativa, foi projetado e construído o Palácio do Ministério. Lançou-se a pedra fundamental em 1937; a inauguração se fez em 1945. Destinava-se esse edifício a servir de sede ao conjunto dos órgãos administrativos centrais do Ministério, finalidade que preencheu até a mudança da Capital Federal e, em grande parte, ainda preenche até agora.

## A EDUCAÇÃO

*Ensino primário* — Dois foram os maiores empreendimentos realizados no período ora considerado:

1. Deu-se início à participação da União na obra do ensino primário. O Ato Adicional de 1834 transferira às províncias, entre outros encargos, o ensino primário. Passou a Monarquia e vinha transcorrendo a República nessa política, que deu como resultado a eternização do analfabetismo no nosso país, tão evidente se tornara que nem as províncias, nem depois os Estados poderiam arcar com as despesas cada vez maiores da educação primária. O Decreto n° 4.958, de 14 de novembro de 1942, rompeu com essa diretriz, criando o Fundo Nacional de Ensino Primário e estabelecendo o regime de convênios para a sua aplicação pelos governos estaduais.

2. Em 1934, já se tornara intolerável a invasão de escolas primárias estrangeiras (japonesas, polonesas e alemãs) em todo o sul do país. Os núcleos coloniais, ou por falta de escolas brasileiras, ou pelo vigoroso espírito de não-adaptação ao espírito nacional, mantinham, em São Paulo, Paraná, Santa Catarina e

Rio Grande do Sul, redes escolares primárias (e até mesmo secundárias), que impossibilitavam a nacionalização de numerosas gerações de crianças brasileiras. Empreendeu-se, então, uma obra extensa e profunda entre a União, com o seu auxílio financeiro, e os Estados, com os seus serviços administrativos. Ao fim de um período de um lustro ou pouco mais, foram completamente implantadas escolas brasileiras suficientes a todos os núcleos de colonização alemã, polonesa e japonesa, e fechadas as escolas estrangeiras existentes.

*Ensino médio* — São dignos de nota os seguintes empreendimentos:

1. Fizeram-se, no citado período, três grandes reformas de ensino, conjugadas entre si: a reforma do ensino secundário (Decreto-lei nº 4.244, de 9 de abril de 1942), a do ensino comercial (Decreto-lei nº 6.141, de 28 de dezembro de 1943) e a do ensino industrial (Decreto-lei nº 4.073, de 30 de janeiro de 1942). É de notar que, quanto ao ensino industrial, não se tratou propriamente de uma reforma de ensino, pois não havia uma legislação nacional dessa matéria: deu-se organização a todo um novo setor do ensino.

O conjunto dos três decretos-leis acima citados (leis orgânicas do ensino secundário, do ensino comercial e do ensino industrial) deram origem a um sistema só de ensino, baseado na divisão em dois ciclos: o primeiro de quatro anos e o segundo de três. A intercomunicação dos três tipos de ensino, e a similitude dos regimes escolares deram aos dois ramos profissionais a mesma categoria pedagógica do ensino secundário.

2. Foi proposta ao Presidente da República pelo Ministro da Educação, quanto ao ensino agrícola, minudente projeto de organização, semelhante à do ensino industrial, integrando-se aquele ramo do ensino no mesmo sistema dos três outros ramos do ensino médio. O decreto dessa quarta lei orgânica só veio a ser

expedido já no Governo do Presidente Eurico Gaspar Dutra (Decreto-lei nº 9.613, de 20 de setembro de 1946.) Adotou-se o sistema proposto pelo Ministro da Educação, com exceção de um ponto capital, até hoje não atendido, a transferência da administração do ensino agrícola para o Ministério da Educação.

3. Quanto ao ensino industrial, cumpre lembrar que, no período de governo ora considerado, deu-se início de ampla execução a um programa de construção e aparelhamento da rede federal de escolas técnicas e escolas industriais em todo o país, a começar pela Escola Técnica Nacional (hoje denominada Escola Técnica Federal "Celso Suckow da Fonseca"), que foi integralmente edificada e em grande parte aparelhada.

4. Outro empreendimento de considerável importância então realizado foi a criação do sistema de ensino industrial paralelo ao das escolas técnicas e industriais, a saber, o vasto sistema da aprendizagem industrial (ensino profissional obrigatório ministrado nas fábricas aos menores de 14 a 18 anos, mediante a aplicação de um fundo formado pela contribuição dos empresários). A organização desse sistema, assim como do órgão destinado a dirigi-lo, o Serviço Nacional de Aprendizagem dos Industriários (SENAI), foi, por proposta do Ministro da Educação, feita pelo Decreto-lei nº 4.048, de 22 de janeiro de 1942.

*Ensino superior* — Entre as iniciativas mais consideráveis no campo do ensino superior do período em questão devem ser mencionadas:

1. Ao tradicional esquema do ensino universitário (ensinos de direito, engenharia, medicina, farmácia e odontologia) se deu a necessária ampliação, criando-se e organizando-se, como novos ramos universitários, o ensino de filosofia, ciências e letras, desdobrado em onze cursos (Decreto-lei nº 1.190, de 4 de abril de 1939), o ensino de ciências econômicas e de ciências contábeis e atuariais (Decreto-lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945) e o

ensino de jornalismo (Decreto-lei nº 5.480, de 13 de maio de 1943).

2. Foi criada a Universidade do Brasil, como grande cúpula do ensino universitário brasileiro, fundindo-se a antiga Universidade do Rio de Janeiro com a Universidade Técnica Federal (Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937).

3. Tratou-se, por um lado, de dar a necessária amplitude ao sistema de ensino da Universidade do Brasil, e assim foram criadas e inauguradas as seguintes novas unidades universitárias: a Faculdade Nacional de Filosofia (Decreto-lei n.º 1.190, de 4 de abril de 1939); a Faculdade Nacional de Arquitetura (Decreto-lei nº 7.918, de 31 de agosto de 1945); a Escola Nacional de Educação Física e Desportos (Decreto-lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939). Criou-se também a Faculdade Nacional de Ciências Econômicas (Lei nº 452, de 5 de julho de 1937, modificada pelo Decreto-lei nº 7.988, de 22 de setembro de 1945). Esta nova faculdade não chegou a ser instalada e inaugurada, o que ocorreu no governo do Presidente José Linhares, pela federalização de uma faculdade particular. Tem aqui cabimento a observação de que foi também criado (Decreto-lei nº 4.993, de 26 de novembro de 1942) e entrou a funcionar o Conservatório Nacional de Canto Orfeônico, órgão que, embora não tivesse sido incluído na Universidade do Brasil, bem poderia estar integrado no grande setor do ensino artístico dessa Universidade.

4. Além dessa ampliação de estrutura, o Ministério da Educação, no período ora analisado, cuidou de assentar a idéia de instalar toda a Universidade do Brasil num só campo, a cidade universitária, onde se edificassem não só as faculdades e os institutos científicos e técnicos, mas também os locais apropriados aos desportos, às residências de estudantes e toda a aparelhagem administrativa, a começar pela sede da reitoria. Proposta pelo ministro, e a princípio muito combatido, veio o programa da

cidade universitária a ser aprovado pela Lei n° 452, de 5 de julho de 1937. A escolha do terreno e a preparação dos projetos tomaram tempo e custaram esforços. Para cooperar com o Ministério da Educação no planejamento, vieram sumidades estrangeiras. (Le Corbusier, da França, e Marcelo Piacentini, da Itália). Fixado, afinal, em termos definitivos, o local da cidade universitária em um conjunto de ilhas da Bahia da Guanabara (Decreto-lei número 7.563, de 21 de maio de 1945), pôde-se dar início às medidas iniciais da execução.

*Livro didático* — Deu-se grande importância ao problema do livro didático para todos os ramos e níveis do ensino. E visando, por um lado, afastar a idéia do livro único e, por outro, melhorar a qualidade dos compêndios e manuais, o Decreto-lei n° 1.006, de 30 de dezembro de 1938, regulou amplamente as condições de produção, importação e utilização dos livros escolares, criando, para superintender o assunto, a Comissão Nacional do Livro Didático, órgão de caráter permanente.

*Pesquisas pedagógicas* — Teve-se em vista ainda criar, ao lado da organização administrativa do ensino, um serviço nacional de pesquisas pedagógicas, interessadas em todos os graus e ramos do ensino. Foi, assim, criado o Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, destinado a ser, tanto para a administração federal do ensino, como para as estaduais e municipais, um aparelho de consulta e orientação (Decreto-lei n° 580, de 30 de julho de 1938).

## A CULTURA

Teve, desde logo, o Ministro Gustavo Capanema a preocupação de alargar os limites de ação do Ministério a seu cargo, o qual não deveria permanecer, no terreno educativo, adstrito somente aos assuntos do ensino. E, assim, deu início a uma série de empreendimentos de natureza cultural, que foram compondo a nova fisionomia daquele Ministério, e justificando a denominação

que, afinal, lhe foi dada de Ministério da Educação e Cultura. Estava na mente do ministro, desde cedo, dar uma direção coordenadora a todo o conjunto dos empreendimentos culturais, tendo sido criados, com tal objetivo, a Divisão de Educação Extra-Escolar e, pouco tempo depois, o Conselho Nacional de Cultura (Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, e Lei nº 526, de 1 de julho de 1938). Esses órgãos não preencheram a sua finalidade, pois as atividades e serviços culturais eram planejados e controlados diretamente pelo próprio ministro.

*Arte Moderna* — Numa hora em que toda a arquitetura do Rio de Janeiro e das outras cidades do Brasil e do estrangeiro obedecia a cânones antiquados, em desacordo com as novas doutrinas ainda tão combatidas da arquitetura (Le Corbusier e outros), a iniciativa da construção do Palácio do Ministério em termos então revolucionários foi, por um lado, o começo da implantação da arquitetura nova, cujos princípios se tornaram dominantes universalmente, e, por outro, oportunidade para prestigiar as correntes novas da pintura e escultura, então refugadas ou perseguidas. O Ministério passou, então, a exercer, no terreno da renovação da arquitetura e das outras artes plásticas, uma influência profunda e decisiva.

*Patrimônio histórico e artístico* — Ao lado desse movimento de renovação, cuidou o Ministério de organizar a preservação, a restauração, a defesa de todo o nosso grande e precioso patrimônio de monumentos de arquitetura antiga e de obras artísticas de raro valor. Esse patrimônio arquitetônico estava arruinando-se ou desfigurando-se e os objetos de valor histórico e artístico se estragavam ou passavam ao mercado internacional. O Ministério tomou a medida de criar o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para empreender a obra urgente e difícil. Fundado em termos provisórios em 1936, teve o novo serviço a sua organização e regime estabelecidos pelo Decreto-lei nº 25, de 30

de novembro de 1937. Além da obra de restauração arquitetônica, entrou o Ministério a fundar novos museus pelo país, para a defesa das obras em perigo de dispersão. No período de que trata esta notícia, foram criados e inaugurados os museus seguintes: Museu Nacional de Belas-Artes, no Rio de Janeiro (1937); Museu da Inconfidência, em Ouro Preto (1938); Museu das Missões, em São Miguel, Rio Grande do Sul (1940); Museu Imperial, em Petrópolis (1940); e Museu do Ouro, em Sabará, Minas Gerais (1945).

*Livros e bibliotecas* — Outro assunto que desde logo entrou nas preocupações de reforma do Ministério foi o problema do livro e das bibliotecas. Era preciso atender a dois objetivos: promover a edição, por um serviço apropriado, de todas as grandes obras brasileiras já tornadas raras, e daquelas, novas, de valor excepcional, empreendimentos esses que não oferecessem interesse comercial às empresas editoras; e, por outro lado, promover a fundação de bibliotecas públicas municipais nas cidades grandes e pequenas de todo o interior do país. Para esses fins, foi criado o Instituto Nacional do Livro (Decreto-lei nº 93, de 21 de dezembro de 1937).

*Teatro* — Outro campo de atividades artísticas que desde logo foi, nessa fase, objeto da atuação ministerial foi o do teatro nacional, em época difícil do seu desenvolvimento. Criou-se, para isso, com caráter permanente, a Comissão de Teatro Nacional (Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937), órgão que veio a ser substituído pelo Serviço Nacional de Teatro (Decreto-lei nº 92, de 21 de dezembro de 1937).

*Rádio e cinema* — O rádio e o cinema eram outros lados culturais que não podiam deixar de ser atendidos. Foram criados pela Lei nº 378, de 13 de janeiro de 1937, dois serviços de amplas finalidades educativas e culturais, o Serviço de Radiodifusão Edu-

cativa e o Instituto Nacional de Cinema Educativo, que passaram a ter, cada qual no seu setor, atividades de larga projeção.

*Desportos* — Os desportos no país não tinham organização. Eram inseguras e precárias as suas estruturas. Faltava também a devida preparação técnica que desse às admiráveis possibilidades da nossa juventude melhor nível. Foi ao que se atendeu, por um lado, com a criação do sistema de educação desportiva, logo encabeçado pela Escola Nacional de Educação Física e Desportos, instituída pelo Decreto-lei nº 1.212, de 17 de abril de 1939, e destinada à formação física dos estabelecimentos de ensino, mas também ao ensino teórico e prático de todas as variedades de desportos e, por outro lado, com o estabelecimento das bases de organização dos desportos em todo o país, sob a superintendência do Conselho Nacional de Desportos, órgão para esse fim instituído (Decreto-lei nº 3.199, de 14 de abril de 1941).

*Outros aspectos* — Outros aspectos da ação cultural do Ministério, no período considerado, como a proteção a esforços de produção científica, os movimentos de intercâmbio cultural, as continuadas comemorações que, revestindo-se de caráter cívico, eram também acontecimentos culturais, as grandes exposições artísticas, etc. foram atividades que deixaram sinais nos arquivos da casa e na imprensa do país.

## A Educação e a Cultura na gestão do Ministro Clóvis Salgado \*

31-1-956 a 31-1-961

Permito-me falar na primeira pessoa, mas fica entendido que falo em nome de quantos colaboraram comigo na ingente tarefa de gerir o Ministério da Educação e Cultura durante o quinquênio de 1956 a 1960. Sem a sua cooperação, nada poderia ter feito. Os problemas do Ministério, sempre renovados, são de tal magnitude, que ultrapassam as forças de um só homem, por mais laborioso e capaz. Conhecendo minhas próprias limitações, vali-me, invariavelmente, do conselho dos mais sábios e experientes, procurando, assim, dar à minha gestão o caráter de obra coletiva, Para ser breve e não cometer omissões, dispenso-me de citar nomes, mesmo porque estão eles registrados no relatório geral de minha administração, apresentado em dezembro de 1960. Nele também se indicam os atos e providências mais significativos daquele período, e que servem de base a este resumo, mais programático do que factual.

Ao assumir a Pasta, trazia a estimulante e proveitosa experiência dos dez meses na governança do Estado de Minas Gerais, cuja economia vinha sendo sacudida por sopro de renovação e de progresso sem precedentes. Só se falava em energia, transporte e industrialização, tudo a exigir ciência, técnica e mão de obra

\* — Depoimento prestado pelo Ministro Clóvis Salgado.

especializada, exigência que evidenciava o nosso despreparo para enfrentar as tarefas reclamadas pelo desenvolvimento.

Tornava-se imperioso orientar a educação brasileira num sentido mais utilitário e dar-lhe maior base científica. Com esse pensamento, cheguei ao Ministério, onde, logo, tive de lutar em duas frentes.

A primeira era a dos defensores da educação tradicional, de fundo acadêmico, que se propunha formar harmoniosamente os jovens, até os dezoito anos, pelo estudo das humanidades, e só depois ministrar-lhes habilidades práticas. Ao contrário, pensava eu que era de todo conveniente fornecer aos jovens, desde cedo, instrumentos de trabalho que lhes permitissem participar da vida econômica da nação. Como desenvolver um país de população jovem, como o Brasil, senão convocando os jovens para o trabalho produtivo?

Para conciliar as duas tendências, tentei a formulação de um novo humanismo pedagógico. Em suas linhas gerais, está expresso em doze proposições, apresentadas ao Presidente Kubi-tschek na Exposição de Motivos nº 303, de 14 de março de 1957, como ideário programático de uma educação voltada para o desenvolvimento econômico.

Das doze proposições destaco cinco, transcritas abaixo, com a numeração original:

"1 — Todo sistema educacional deve responder, em suas finalidades, não só a objetivos permanentes, que traduzam as aspirações constantes do homem em face do universo, mas também a objetivos mutáveis, que resultam do momento histórico e dos problemas vitais a que a sociedade deve dar resposta para expandir ou sobreviver.

8 — A experiência dos últimos anos vem demonstrando que a falta de educação adequada constitui obstáculo decisivo e largamente difundido ao processo de desenvolvimento, não só porque

o homem brasileiro não tem o tipo de preparo intelectual e moral que as tarefas do desenvolvimento requerem, mas também porque as reações da opinião pública em face dos problemas coletivos denotam alheamento aos reflexos destes problemas e de suas soluções no desenvolvimento do País.

As despesas com a educação devem, pois, ser consideradas como investimentos de alta prioridade, quer para o Estado, quer para os particulares, já que, sem uma correção adequada das distorções culturais engendradas pela educação tradicional, não conseguiremos elevar as condições de eficiência do homem brasileiro ao nível das necessidades da política do desenvolvimento.

9 — O ideal educacional do nosso tempo e do nosso povo deve ser, assim, conceituado como uma "educação para o desenvolvimento".

Todo sistema educacional vivo deve estar voltado para a solução dos problemas com que se defronta a sociedade. A sociedade brasileira, no meado do século XX, tem no desenvolvimento econômico o seu problema culminante, cuja não solução será punida com a implantação do pauperismo, a diminuição da independência econômica e a perda provável das liberdades públicas.

11 — A educação para o desenvolvimento não é, como a referência às transformações econômicas da sociedade pode deixar parecer, uma educação puramente técnica, sem objetivo ético e conteúdo humanístico.

No que diz respeito ao objetivo ético, cumpre notar que a educação para o desenvolvimento requer tanto o preparo intelectual do indivíduo, como a sua formação moral, o domínio de si próprio, o senso do bem-estar coletivo, a austeridade no consumir, a formação da gama de virtudes do realizador, que não é outra senão a das virtudes cristãs, a que a educação de hoje, completamente intelectualizada, voltou as costas inteiramente.

No que respeita ao humanismo, cabe lembrar que o verdadeiro humanismo pressupõe uma integração do homem nas condições circunstanciais do seu meio e do seu tempo, e procura a equação dessas condições e do que há de perene no próprio homem.

Os que pensam que a educação humanística é uma educação intemporal, alheia às peculiaridades da época e da coletividade, onde o destino de cada indivíduo se insere e ganha significação, estão muito distanciados do verdadeiro humanismo.

12 — A educação para o desenvolvimento será, pois, um novo humanismo pedagógico em que cada indivíduo é visto como protagonista da sua época, como veículo de soluções comuns reclamadas pela coletividade, soluções em que se harmonizam o permanente e o circunstancial, a essência e a existência.

Com essa posição que, respeitando a tradição, procurava servir o presente e preparar o futuro, pude atravessar todo o quinquênio sem polêmicas de ordem doutrinária. Minha colocação parece ter sido aceita pela consciência dos educadores brasileiros.

A segunda frente era a dos economistas que formularam as 29 metas iniciais do Governo Kubitschek, todas elas dirigidas para a conquista de marcos puramente econômicos. Não se cogitava da educação como instrumento específico e essencial do plano. Contava-se com a ajuda da tecnologia estrangeira, adquirida mediante a importação de técnicos, patentes e equipamentos. Com essa ajuda, a expansão econômica seria acelerada, o país se enriqueceria, ficando habilitado a estender progressivamente os benefícios da escola. A educação seria consequência e não fator do desenvolvimento. Sustentava eu que os dois processos deviam ser encarados como paralelos e não sucessivos. A educação, aumentando a produtividade, gera mais recursos, recursos aumentados propiciam mais educação.

Minha reivindicação veio a ser atendida em fins de 1957, com a adoção da Meta nº 30: *Formação de Pessoal Técnico*. Foi mulada por comissão composta de educadores, economistas, sociólogos e administradores, acha-se exposta discriminadamente no Documento nº 20 do Conselho do Desenvolvimento. Pela primeira vez na história da educação brasileira, procedia-se a um minucioso levantamento das deficiências quantitativas, qualitativas e financeiras em todos os graus e ramos do ensino, indican-do-se as metas desejáveis para sua correção gradativa.

Todo programa reclama recursos para sua execução. Nesse particular, o plano geral não comportava larguezas. Não quis êle ir além da concessão dos 10% da receita tributária, que a Constituição de 1946 reservava à educação. Em média, o orçamento vinha consignando 7%. Com os 3% em falta, que seriam atribuídos à Meta nº 30, poder-se-iam obter 12 bilhões de cruzeiros nos três anos que restavam do quinquênio (58-59 e 60).

Com tais recursos, programou-se o primeiro esforço educativo articulado com as necessidades da economia brasileira, em fase de grande expansão. Como fossem escassos, era imperioso adotar certas preferências. Havia quem defendesse a primazia para o ensino primário, por ser aquele que a Constituição mandava fosse universal, obrigatório e gratuito. Outros queriam que se desse maior atenção ao ensino médio, que funciona, entre nós, como filtro da discriminação econômica, impedindo que os filhos das classes mais modestas galguem o ensino superior. Um terceiro grupo entendia que, se o objetivo era aumentar nosso cabedal de ciência e técnica, forçoso era reconhecer a preferência a ser dada ao ensino superior. Essa já era a tendência da sociedade brasileira, pois o ensino superior consumia, então, cerca de 60% dos recursos destinados à educação, com manifesto sacrificio dos outros graus de ensino. Apesar disso, minha opção foi pela concentração de recursos no ensino superior, convencido de que só assim po-

deria ser dada a necessária cobertura educacional ao esforço de industrialização do país.

Nessa linha de pensamento, foram as escolas de engenharia ajudadas para que pudessem aumentar mil matrículas na série inicial, e diversificar seu ensino. Criaram-se seis cursos para a formação de geólogos, os quais, a esta altura, já preencheram a absoluta escassez então reinante, que impedia a prospecção de nossas riquezas minerais. Deu-se total apoio à Fundação Getúlio Vargas para seus cursos de administração, no Rio e em São Paulo. Junto às universidades, instalaram-se 14 institutos de ensino e pesquisa, destinados a todos os ramos do conhecimento. Para orientá-los, criou-se uma comissão supervisora (COSUPI), instrumento da política ativa do Ministério, que funcionava no sentido da renovação do ensino superior, nele introduzindo o fermento da pesquisa. Quase todos eles prosperaram, aí estando a prestar relevantes serviços à cultura nacional. Foi por meio do Instituto de Química, instalado na Universidade do Brasil, que se introduziu notável estímulo ao ensino dessa ciência, tão pouco cultivada entre nós. Só no ambiente de instituições de pesquisa é possível formar o especialista nos diversos ramos científicos, ministrar o ensino pós-graduado, formar professores e promover o progresso dos conhecimentos. No caso brasileiro, tinham eles, também, o dever de estabelecer uma tecnologia industrial adequada aos recursos e às condições naturais do país.

Particular atenção foi dada ao treinamento pós-graduado, no país e no estrangeiro, programa organizado e administrado pela CAPES, com a maior severidade, dando-se absoluta preferência às especialidades ligadas ao processo de desenvolvimento. Para ampliar o alcance do plano, foram construídas as Casas do Brasil em Paris e Madri, e adquirida a de Londres, todas elas integradas hoje na obra educativa do povo brasileiro.

No início do quinquênio, 7 eram as universidades federais. No fim, perfaziam 16, estando proposta ao Congresso mais uma, a de Brasília. Esses números mostram, de modo expressivo, como se desdobrou, de modo coerente, a preferência dada ao ensino superior.

A Universidade de Brasília, que partia do chão limpo, organizou-se em moldes inteiramente diferentes dos das demais universidades brasileiras, formadas pela justaposição de faculdades auto-suficientes, e, por isso mesmo, isoladas. Em Brasília, imaginou-se um corpo universitário com unidade orgânica e funcional. A integração se fazia mediante um conjunto de Institutos Centrais de Ciência, comuns a todas as faculdades profissionais. O sistema formado pelos institutos desempenharia as funções nucleares cometidas, anteriormente, à Faculdade de Filosofia, mas que esta nunca pode cumprir, permanecendo apenas como uma unidade a mais no conglomerado universitário. A estrutura adotada em Brasília ganhou, progressivamente, adeptos entusiásticos, acabando por consagrar-se na legislação atual, para todas as universidades federais.

Apesar da ênfase dada ao ensino superior, não se descuidou dos demais ramos de ensino como fatores de desenvolvimento.

No *ensino primário*, lançou-se o plano do ensino complementar, com atividades em artes industriais, idéia que veio a prevalecer na letra da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Recomendou-se, para evitar a evasão escolar, a graduação da scola pela idade dos alunos, sistema experimentado em Porto Alegre e hoje adotado em toda a rede escolar da Guanabara.

No *ensino médio*, deu-se particular atenção à ampliação da capacidade das escolas industriais. Para tanto, mediante um plano de construções seguido à risca, foi triplicado o espaço escolar das escolas federais, e criadas numerosas e amplas escolas técnicas, em convênios com entidades públicas e privadas. Basta que sejam

citadas as grandes escolas de São Bernardo do Campo e de Novo Hamburgo, para documentar os propósitos de preparação de técnicos de nível médio para as atividades da indústria, em ritmo auspicioso de crescimento. Nesse terreno, deu-se grande passo à frente com a instalação, em Santa Rita do Sapucaí, da escola pioneira para o ensino da eletrônica, hoje transformada em notável centro de ensino, já promovido ao nível superior.

A melhoria quantitativa e qualitativa do ensino industrial não se processou com prejuízo do ensino secundário. Bastaria lembrar que, no quinquênio de 1956-1960, o Colégio Pedro II quadruplicou o número de matrículas, graças à criação de novas seções e ampliação das existentes.

Concentrando seus esforços em realizações práticas, de interesse imediato para o país, não descuro o Ministério do indeclinável dever de encaminhar novas soluções pedagógicas e administrativas para a escola brasileira.

Tais soluções não poderiam ser concebidas *a priori*, sem base na investigação. Por isso, deu-se o maior apoio ao Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos (INEP), instalando-o condignamente; ao Centro Brasileiro de Pesquisas Educacionais, do Rio de Janeiro; e aos Centros Regionais da Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo, Pernambuco e Minas Gerais, os três últimos postos a funcionar no quinquênio. Para o estudo dos problemas ligados à erradicação do analfabetismo, lançou-se um programa específico, sob a direção do INEP, o qual, no fim do quinquênio, já se estendia a 40 municípios, espalhados por todo o país, fornecendo aos educadores e administradores dados de grande valia para a elaboração de plano mais audacioso.

Em tramitação no Congresso já se encontrava, desde 1948, o projeto da Lei de Diretrizes e Bases. Somente em 1957 foi dada ao Ministério a oportunidade de sobre êle pronunciar-se novamente. Para responder a consulta do Congresso, elaborou-se, na-

quele ano, substitutivo completo ao projeto de 1948, no qual se acentuava a linha descentralizadora. Ainda estava vigente a legislação centralizadora, característica do Estado Novo, apesar da Constituição de 46 determinar que os Estados organizassem seus próprios sistemas de ensino. Queriam os partidários dos modelos impostos do centro, que sistema significasse apenas a rede escolar. O funcionamento, entretanto, seria regulado pelo Ministério, mediante *diretrizes* traçadas com a necessária minúcia. Minha opção foi pela mais ampla descentralização, transferindo-se aos Estados, às escolas e aos mestres grande soma de poder e responsabilidade para organizar a melhor escola e ministrar o ensino que se mostrasse mais eficaz, segundo a experiência. No ensino médio, para atrair candidatos aos ramos profissionais, transformou-se o que era equivalência com o curso secundário, em igualdade, para efeito de ingresso no ensino superior. Mais ainda, adotaram-se, para todos eles, os nomes prestigiosos de ginásio e colégio. No ensino superior, ampliou-se o raio da autonomia universitária e aboliu-se a fixação legal da duração e composição dos currículos. Nas malhas de uma lei de normas amplas e flexíveis, deixou-se ao Conselho Federal de Educação larga margem de competência organizadora e criadora, com que se objetivava a montagem de um sistema capaz de constante renovação, mercê de sua própria iniciativa. Não seriam necessárias novas leis de ensino, votadas pelo Congresso. O Conselho Federal de Educação seria a verdadeira Câmara Legislativa do ensino brasileiro. O substitutivo, com poucas modificações, veio a prevalecer na redação aprovada pela Câmara dos Deputados, em fins de 1960, depois levemente alterada pelo Senado, e, finalmente, convertida na Lei de Diretrizes e Bases, de dezembro de 1961.

Com a LDB, iniciava-se, por assim dizer, nova era na história da educação brasileira, caracterizada pela maior autoridade conferida aos Estados, às escolas e aos educadores. Coerente com esse

pensamento, já vinha o Ministério descentralizando seus serviços. Como exemplos, posso citar a Lei 3.552, de 16 de fevereiro de 1959, que deu autonomia às escolas técnicas federais; o funcionamento de classes experimentais no ensino secundário, fora do sistema da respectiva lei orgânica; e a criação das inspetorias seccionais, para facilitar a tarefa administrativa.

No plano cultural, o quinquênio 1956-1960 foi fértil em realizações. Criou-se a Campanha Nacional do Teatro e instalou-se, em prédio próprio, o Teatro Nacional de Comédia. Instituiu-se a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro. Criou-se a Campanha Nacional Radioeducativa e organizou-se a Orquestra Sinfônica Nacional. Instituiu-se o concurso nacional de jovens talentos musicais, cujos premiados passaram a receber educação custeada pelo Ministério. Unificou-se a nomenclatura gramatical brasileira, com benéficas repercussões sobre o ensino do idioma. Fundaram-se o Museu Vila-Lobos e o Museu da República. Constituiu-se a Comissão Machado de Assis para estabelecer a edição crítica da obra do nosso grande romancista, comissão que teve recentemente suas atribuições ampliadas, incumbida que está de resguardar a fidelidade textual do patrimônio literário do país. Através do Instituto Nacional do Livro, da Biblioteca Nacional, da Casa Rui Barbosa, do Serviço de Documentação e de outros órgãos do Ministério, patrocinou-se a edição de obras fundamentais da cultura brasileira. Fizeram-se numerosas exposições, algumas de grande vulto, como a do Festival do Livro na América, e inaugurou-se, em colaboração com o Ministério das Relações Exteriores, o sistema de doações de bibliotecas brasileiras a centros culturais estrangeiros, prática frutuosa incrementada no atual governo.

Em resumo, posso dizer, com a perspectiva do tempo, que o Ministério, no quinquênio do Presidente Kubitschek, trabalhou intensamente, entrosando sua ação com o plano de desenvolvimento econômico em execução. Esse condicionamento da escola ao plano

geral do governo era coisa inédita no Brasil. Dentro dessa orientação inicial permaneceu o Ministério até o final do quinquênio, demonstrando perfeita coerência em todos seus atos e iniciativas. Essa persistência no rumo adotado parece-me a característica da minha gestão, que teve, pelo menos, a virtude da continuidade. Muitas das soluções então propostas tiveram a sanção da experiência, e aí estão consolidadas. Na corrente do constante progresso da educação nacional, nutro a esperança de haver contribuído o Ministério, no período, com mais alguns elos, fabricados pelas mãos sábias e diligentes de leais colaboradores.

## A Educação e a Cultura na gestão do Ministro Flávio Suplicy de Lacerda \*

15-4-964 a 10-1-966

Para se poder compreender a posição do Ministério da Educação e Cultura perante a Revolução de 31 de março e a ação que o Ministério revolucionário foi conduzido a desempenhar, torna-se imperioso fazer-se um balanço da situação para a qual o governo João Goulart conduziu os problemas educacionais, atrelando-se bôa parte de uma mocidade desprevenida no carro da Guerra Revolucionária, em fase bem adiantada ao se verificar o movimento popular que terminou com os perigos que estavam a nos ameaçar. De muita coisa somente se veio a saber depois da vitória revolucionária.

As Diretorias do Ministério que não eram inoperantes, eram, simplesmente, focos ativos de esquerdismo, ou russo, ou cubano e até mesmo chinês, não se tendo preocupação de esconder ou disfarçar.

Nas Universidades os preparativos vinham de mais longe. simplesmente, focos ativos de esquerdismo, ou russo, ou cubano mesmo o próprio Gabinete do Ministro. Na reunião de Curitiba os universitários baixaram as diretrizes de uma reforma universitária, cujo principal aspecto deveria consistir na representação chamada do terço. Havia dezenas de assessores ministeriais que não passavam de agitadores de rua e cuja função, exercida no

\* — Depoimento prestado pelo Ministro Flávio Suplicy de Lacerda.

próprio Gabinete, era fazer convênios destinados a fortalecer uma frente a que se chamava de operário-camponesa-estudantil. Houve universidades que cederam, e a Revolução as encontrou destruídas.

O Ministério gastava, criminosamente, as verbas dos fundos destinados aos ensinos primário, médio e superior, no preparo da revolução comunista, principalmente por intermédio da União Nacional dos Estudantes, que aceitava os profissionais do esquerdismo, largamente subvencionados. Chegou-se ao cúmulo da afronta à Nação ao ser nomeado um estudante para integrar o Conselho Federal de Educação

Professores, em todo o Brasil, e de todos os graus do ensino, andavam de conluio com os estudantes comunistas. Felizmente foram minoria.

Tentou-se dar poderes especiais ao Presidente da República e ao Conselho de Ministros para se efetivar uma reforma universitária que ninguém sabia em que consistiria, e nem mesmo era para saber-se, por isso que não se pretendia reforma alguma mas, apenas, dominar a Universidade pelo terror.

A alfabetização rápida e quase milagrosa foi elemento julgado apropriado para uma penetração entre agricultores, que seriam induzidos, como foram, a constantes ameaças aos proprietários de terras, não estando ausente de tal processo revolucionário na União Nacional dos Estudantes.

O ISEB era um centro de preparo e de propaganda subversiva, tendo-se desviado, inteiramente, das suas finalidades.

A Revolução encontrou o Ministério da Educação e Cultura na mais completa anarquia administrativa, principalmente na parte referente à execução orçamentária. Subvencionavam-se clubes de agitadores, associações recreativas, assembléias legislativas, e eram gastas enormes verbas em viagens de favor. Somente o que não se fazia era dar às verbas a sua aplicação legal. Ao

par de tais descalabros, um Ministério com organização administrativa inteiramente superada, foi o que a Revolução encontrou.

A primeira providência tomada foi apresentar ao Senhor Presidente da República um minucioso relatório descrevendo a situação de calamidade em que se encontrava o Ministério, e já propondo, como medida de urgência, uma reforma administrativa, cujo anteprojeto foi entregue em junho de 1964.

Foram eliminadas várias campanhas inteiramente inúteis e outras sofreram substanciais reformas, melhorando-se, sensivelmente, todos os serviços. Bastaria citar o caso da CAPES cujas atividades, em dois anos de atuação, são atestado eloqüente do que se pode fazer quando há honestidade de propósitos.

Traçamos um plano tático que consistiu numa fórmula bastante simples: colocar homens capazes em todas as Diretorias e Departamentos, criar um sadio espírito de equipe e dar a tais auxiliares a mais completa autonomia. Mas não somente autonomia mas também as verbas a que tinham direito, entregues em dia, regime que já estava esquecido no Ministério.

Tudo se transformou, em prazo muito curto, e isto se ficou devendo à equipe que assistia e aconselhava o Ministro.

Já em abril foram feitos os convênios com os Estados e entregues as verbas devidas. Prosseguiu-se insistentemente com a obra de reconstrução, não se deixando um só ponto sem estudar e solucionar, tendo-se trabalhado, muitas vezes, por vinte e quatro horas seguidas. E se deu prosseguimento acelerado a todos os estudos aprovados por um Conselho de Administração que assistiu o Ministro.

Enumeremos :

- a) — exigimos que se respeitasse e se prestigiasse o Conselho Federal de Educação;

- b) — foi estabelecida a legislação especial para se disciplinar a vida estudantil, colocando-se o estudante na sua verdadeira posição e dando a eles garantias e regalias que antes não tinham;
- c) — garantiu-se representação legítima de estudantes nos órgãos de deliberação coletiva das escolas, faculdades e universidades, passando o estudante a ser um colaborador precioso;
- d) — instituiu-se a Conferência Nacional de Educação, destinada a aproximar os Conselhos Estaduais, o Conselho Federal, mediante debates anuais cuidadosamente preparados;
- e) — criou-se o salário-educação, de modo a ampliar-se a obrigação dos empregadores e atingindo a todas as empresas, com garantias reais de distribuição de meios;
- f) — aprimorou-se toda a legislação do ensino;
- g) — estabeleceu-se convênio com a USAID, de modo a se formarem, entre nós, equipes de especialistas em organização universitária;
- h) — foram iniciados levantamentos relativos às necessidades reais em diplomados em ensino superior, de modo a saber-se de necessidades reais e não imaginárias;
- i) — incrementou-se, rapidamente, o ensino industrial, bem como o comercial, com resultados verdadeiramente surpreendentes;
- j) — o ensino secundário deu início a uma nova e importante fase, com orientação modernizada, e com verbas a que não estava mais acostumado, restituindo-se à Diretoria a dignidade que havia perdido;

- k) — procedeu-se ao censo escolar, o primeiro a ser efetuado, no mundo, em país de dimensões continentais, e com resultados que a todos surpreendeu, criando-se uma fonte de informações por muitos anos, e dando-se a dimensão certa do problema educacional primário, antes elemento de primária demagogia;
- l) — respeitou-se a Lei de Diretrizes e Bases que estabelece as atribuições dos Estados e dos Municípios, assistidos efetivamente, como passaram a ser, pelo Ministério, que deixou de chamar a si problemas que jamais foram da sua competência;
- m) — terminou-se com o critério político de distribuir bolsas de estudos e de fazer convênios com os municípios, exigindo-se planos, prestações de contas e projetos;
- n) — o ensino superior passou a amparar, a incentivar as Universidades, pela sua ação direta e pela ação através a CAPES, criado-se ambiente novo, de colaboração efetiva, de respeito;
- o) — conseguiu-se, afinal, o Estatuto do Magistério, legislação básica que se aguardava havia mais de vinte anos.

Como consequência imediata de todas estas medidas aqui alinhadas, foi possível, entre outras coisas, estabelecer-se a Lei que institui a Reforma Universitária e que abre horizontes novos para o Brasil. Sem a ação revolucionária que se desenvolveu no Ministério da Educação nos dois primeiros anos do governo revolucionário, teria sido impossível reformular a vida universitária, que coube ao atual Ministro realizar, demonstrando-se uma continuidade de propósitos que é uma afirmação eloqüente da nossa Revolução de março.

Deixei o Ministério em ordem, num ambiente admirável de espírito público, de dedicação, de estudos, de colaboração. Creio que muita coisa me escapou nesta enumeração de realizações e de providências, feitos estes comentários às pressas. O Ministro que me substituiu pediu para que a minha equipe permanecesse, porque conhecia as suas qualidades, e com isto fiquei muito honrado.

Agora desempenha as altas funções que eu desempenhei, por dois anos, em período difícil, de incompreensão e de paixões desenfreadas, o professor Raymundo Moniz de Aragão, que foi o meu Diretor do Ensino Superior em cujas funções deu à causa do ensino relevantes contribuições, e a mim me assistiu com a sua experiência e o seu alto descortino. A pedido dele estou fazendo este apanhado de acontecimentos, e o faço sem pretensões. Se alguma coisa fiz, devo à minha equipe, de cidadãos capazes e dedicados à causa pública. Ao meu Ministro, que tanto prestígio me tem dado, as minhas homenagens especiais.

## A Educação e a Cultura na gestão do Ministro Raymundo Moniz de Aragão

PRINCIPAIS REALIZAÇÕES E ATIVIDADES LEVADAS A  
EFEITO NO PERÍODO DE 30-6-966 a 15-3-967

### ENSINO PRIMÁRIO

No que se refere ao ensino primário, houve sensível aumento no ritmo de construção de unidades escolares e salas de aulas, permitindo a expansão do ensino desse grau.

Através do Fundo Nacional de Ensino Primário, foram concedidos auxílios no valor de Cr\$ 12.794.699,938, beneficiando 2.388 escolas, distribuídas em 1.293 municípios, das quais 1.563 escolas em áreas urbanas e 825 em zonas rurais, totalizando 3.579 salas de aulas. Além desses recursos, foram aplicados Cr\$ .... 6.866.000.000 em convênios com os Estados.

Até 20 de dezembro de 1966, através do Fundo Nacional de Ensino Primário e do Médio, foram liberados recursos no montante de Cr\$ 9.179.500.000, e do Salário Educação o total de Cr\$ 28.000.000.000, até 24 de fevereiro de 1967.

A concessão de tais auxílios foi acelerada em decorrência da *Semana de Estudos para Aceleração da Execução do Plano Nacional de Educação*, realizada no Rio de Janeiro, de 19 a 23 de setembro de 1966, com a presença de representantes dos Conselhos Estaduais de Educação e dos executores do PNE, além dos integrantes do Serviço Auxiliar e do Serviço de Cooperação e Assistência Educacionais. Resultantes deste encontro foram a criação

de uma Auditoria Interna, capaz de prestar assistência às Unidades Federadas, em tudo quanto diz respeito à perfeita execução do plano, e a publicação do "Manual de Execução do Plano Nacional de Educação". Também decorrente da semana de estudos foi a criação, por Decreto nº 59 451, de 3 de novembro de 1966, da *Secretaria Executiva da Comissão Coordenadora de Execução do Plano Nacional de Educação*, cujo funcionamento foi regulado pela Portaria nº 359, de 22 de novembro de 1966.

A Secretaria tem a atribuição de promover e controlar a aplicação dos recursos do Fundo Nacional de Ensino Primário e do Médio e do Salário-Educação.

Desenvolveram-se Programas de Formação e Aperfeiçoamento do Magistério Primário; foram realizados 98 Cursos de Treinamento para Professores Leigos, estando outros em realização, no período de férias escolares. Complementando o programa acima citado, foram realizados sete cursos de formação de Professores-Supervisores, um para Diretores de Escolas Primárias, seis para formação do Magistério de Emergência.

Para a realização de cursos desse tipo, foi autorizada a construção de mais dois Centros de Treinamento, um no Estado do Amazonas e outro no do Ceará.

Por outro lado, a alfabetização de adolescentes e adultos constituiu preocupação deste Ministério, sendo instituído por Decreto nº 59.452, de 3 de novembro de 1966, o "Dia Nacional de Alfabetização", (14 de novembro) para alertar a consciência nacional para o grande problema do analfabetismo. Foi, ainda, criada a "Comissão de Alfabetização e Educação Assistemática", por Decreto nº 59.667, de 5 de dezembro de 1966.

O Programa de Escolas Primárias ao longo da faixa de fronteiras teve acelerada a sua execução a partir de 22 de setembro de 1966, quando foram assinados os últimos convênios, no valor total de Cr\$ 1.891.482.468, com as seguintes Unidades da Fe-

deração: Mato Grosso, Paraná, Rondônia, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e Amazonas.

Foram tomadas, ainda, as medidas preparatórias para o advento da extensão do ensino primário para seis anos, constituindo este problema o tema da III Conferência Nacional de Educação, a se realizar no próximo mês de abril, em Salvador — Bahia.

## ENSINO MÉDIO

No campo do ensino médio, foram desenvolvidas amplas atividades de expansão, tanto no ensino secundário como no ensino profissional, empregando-se, para tal fim, recursos do Plano Nacional de Educação, no montante de Cr\$ 7.435.680.000.

No esforço para eliminar a dicotomia ensino acadêmico — ensino profissional, foi levado a efeito um programa de incentivo para a criação de um tipo de ginásio incluindo orientação para o trabalho, em atividades de produção industrial, comercial e agrícola. Para tanto, foram criados Centros de Treinamento de Professores para o Ginásio Orientado para o Trabalho. Cuidou-se, ainda, do equipamento de tais ginásios com a instalação de 189 oficinas, em todo o país, e de 60 ginásios da rede estadual de São Paulo.

O programa referente ao treinamento dos professores teve em vista dois aspectos: qualificação inicial de grande parcela do professorado que está em exercício a título precário e aperfeiçoamento de professores já qualificados, abrangendo em conjunto 15.497 professores, com a seguinte especificação:

- a) cursos de qualificação de um mês, frequência de 9.645 professores;
- b) cursos de qualificação de 120 dias realizados em convênios com Faculdades de Filosofia, frequência de 1.100 professores;

c) 138 cursos de aperfeiçoamento para professores qualificados, matrículas 4.148 professores;

d) 604 estágios de aperfeiçoamento de professores qualificados em geral em Faculdades de Filosofia, com a duração de 1 a 8 meses, totalizando 1.819 períodos de 1 mês.

Além do treinamento e aperfeiçoamento de professores na área do ensino geral, considerados no item anterior, foram preparados para as matérias técnicas dos ginásios orientados para o trabalho (Artes Industriais, Técnicas Comerciais, Técnicas Agrícolas e Educação para o Lar) 1.244 professores.

Aos candidatos aos cursos e estágios referidos, com exceção dos de cursos de qualificação de um mês, foi concedida bolsa de estudo, totalizando 7.096 bolsas.

Funcionaram em 1966, seis Centros de Treinamento de Ciências Experimentais, nas seis maiores capitais do país (Belo Horizonte, Recife, Salvador, São Paulo, Porto Alegre e Rio de Janeiro) abrangendo não só os respectivos Estados como os demais, vinculados todos os Centros a Universidades e Secretarias de Educação, os quais se incumbiram do treinamento e aperfeiçoamento de professores de ciências do ginásio, e Física, Química, Biologia, e de publicações e fabricação de material científico.

Em complemento aos dois maiores programas já especificados, a Diretoria do Ensino Secundário, ainda em consonância com as recomendações do Programa de Ação que, prevendo a grande área de penetração do rádio e da televisão, insiste na adoção desses eficazes meios de comunicação nos programas de ensino, deu cumprimento a um dos itens do seu plano de trabalho, possibilitando, através de cursos de madureza pelo rádio, a ampliação da faixa de atendimento quantitativo aos estudantes.

Através das Secretarias de Educação de 12 Estados foram realizados cursos de preparação para os exames de madureza totalizando 14.544 inscrições.

Merece ser ainda considerado o trabalho que está sendo realizado em convênio com o Serviço de Estatística da Educação e Cultura, com o objetivo de proceder ao levantamento do professorado em exercício nos estabelecimentos de ensino médio do país. Este censo de magistério de ensino médio irá suprir a presente carência de estatísticas suficientemente discriminadas sobre o corpo docente, que constitui uma das principais dificuldades ao planejamento do ensino de grau médio em seus vários ramos. Serão investigadas as principais características individuais dos professores em exercício, sejam as de ordem censitária, sejam de natureza profissional (qualificação, disciplinas lecionadas, número de turmas e horas de trabalho, ocupação suplementar etc.). Os resultados permitirão o estudo interpretativo da situação do magistério de nível médio, das necessidades futuras de professores e das diretrizes a seguir para assegurar seu suprimento e a continuidade do desenvolvimento do ensino médio.

O *Ensino Comercial* elevou para 16 o número de Centros de Aplicação de Ensino Funcional, ou de Classes-Emprêsas, no sentido de alargar a sua ação, e, ao mesmo tempo, visando ao aprimoramento do ensino.

Foram intensificados os seminários e estágios destinados a treinar equipes de professores e coordenadores para a implantação de sistema em novas unidades escolares.

Por outro lado, foi dada expansão, no âmbito do Ensino Técnico Comercial, aos cursos de aperfeiçoamento destinados a especializar conhecimentos e técnicas de contabilidade, de secretariado, de estatística, de administração e de comércio e propaganda. Igualmente, suprimindo falhas verificadas no mercado de trabalho, esses cursos foram abertos aos profissionais carentes de adequada

habilitação, com o objetivo principal de torná-los elementos positivos no esforço que desenvolve o Governo para aumentar a produtividade.

Foram, assim, firmados convênios com unidades de ensino técnico comercial em funcionamento em todos os Estados da Federação, para manutenção de mais de 250 cursos de aperfeiçoamento, o que equivale a oferecer cerca de 8.000 novas oportunidades de especialização profissional, na área das atividades e terciárias.

A fim de que a Diretoria do Ensino Comercial pudesse desenvolver trabalho dinâmico e eficiente, foram equipadas as suas 24 Inspetorias Regionais e Seccionais, por intermédio das quais é executada a descentralização de seus serviços.

Foram tomadas providências no sentido de oferecer sede adequada ao Colégio Comercial Professor Clóvis Salgado, unidade experimental mantida no Estado da Guanabara.

Estão sendo ultimados os entendimentos necessários à instituição, no Rio de Janeiro e em São Paulo, de centro técnico mecanográfico, destinado a propiciar estágios aos alunos de última série dos cursos técnicos comerciais e a seus diplomados.

Nos dias 3 e 4 de dezembro, realizou-se em São Paulo o II Torneio Cultural de Ensino Técnico Comercial, como estímulo aos estudantes, tendo sido conferidos valiosos prêmios por empresas econômicas e entidades educativas.

No que tange ao *Ensino Industrial*, foram destinados, para 25 estabelecimentos, recursos para a manutenção e expansão, no montante de Cr\$ 569.800.660, além da concessão de 1.505 bolsas de estudos no valor de Cr\$ 72.994.000. Cinquenta colégios industriais e 45 ginásios industriais receberam assistência técnica.

Tiveram prosseguimento programas especiais, tais como os referentes à preparação intensiva da mão-de-obra industrial, visando atender à demanda, sempre crescente, do mercado de tra-

balho. Esse programa intensivo é desenvolvido em convênio com escolas técnicas e industriais, federais e estaduais, do SENAI e particulares, com empresas privadas de economia mista e com os sindicatos, a fim de que se utilize a capacidade disponível de suas instalações, oficinas e equipamento.

A realização exigiu a confecção de material didático adequado, constando de Manuais de Trabalho para os Instrutores e Folhas de Tarefas para os alunos.

Em 1966 o programa apresentou os seguintes dados do trabalho efetuado em 21 Estados, no Distrito Federal e Território do Amapá: 38.873 treinados; 23.977 em treinamento; verba aplicada: Cr\$ 528.160.183.

O custo médio do aluno, no país, é de apenas Cr\$ 24.250 isto para 288.057 horas de treinamento, o que deu a média de 102 horas por treino.

Para o aperfeiçoamento do magistério, foram instalados 138 cursos para 4.148 professores, além de cursos de emergência que atenderam a mais de 5.000 docentes. Foram realizados seminários, encontros, conferências e cursos avulsos para difusão dos processos didáticos e debates sobre problemas gerais do ensino médio.

Estão em fase final os entendimentos para a concessão de um empréstimo, pelo Banco Interamericano do Desenvolvimento, de aproximadamente três milhões de dólares para financiamento de obras e equipamentos de 22 das 23 Escolas Técnicas da rede Federal.

Encontra-se, também, em fase de minuta de contrato o processamento para aquisição de equipamento, dos países do Leste Europeu e de outros.

O programa de Preparação da Mão-de-Obra Industrial deverá ser mantido em 1967 e funcionará em 20 Unidades da . Federação.

Atingindo tanto o Ensino Primário como o Médio, de relevante importância foram as seguintes realizações:

1. *A criação da COLTED* (Comissão do Livro Técnico e do Livro Didático) por Decreto nº 59.355, de 4 de outubro de 1966, publicado no D.O. de 5 de outubro de 1966. Órgão destinado à expansão, ao aprimoramento e à difusão do livro técnico e do livro didático, é constituído por um colegiado formado de nove membros: os Diretores do Departamento Nacional de Educação Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos Diretoria do Ensino Comercial Diretoria do Ensino Industrial Diretoria do Ensino Secundário Diretoria do Ensino Superior Instituto Nacional do Livro Superintendência do Ensino Agrícola Presidente do Sindicato Nacional dos Editores

Até o presente, a COLTED procedeu a um levantamento, junto às editoras e livrarias, sobre publicações existentes para aquisição imediata.

Acham-se em estudo inúmeras propostas de editores e autores, assim como contratos de distribuidores.

Recentemente foi assinado convênio entre este Ministério, a USAID e o Sindicato Nacional dos Editores de Livros (SNEL). A Carta de Acordo datada de 10 de novembro de 1966, dirigida pelos Ministros do Planejamento e da Coordenação Econômica, da Fazenda e da Educação e Cultura ao Ministro-Diretor da USAID/Brasil, faz parte integrante deste Convênio.

De conformidade com o que foi acordado através da supracitada carta, a importância de 15 bilhões do Fundo Especial de

Contra-partida oriundo do empréstimo 512-L-055, do Programa de 1966, deverá ser posta à disposição do Ministério da Educação e Cultura, para financiar este programa nos primeiros nove meses aproximadamente.

2. *Encontro de Secretários de Educação* das Unidades Federa-  
das, de 10 a 13 de janeiro de 1967, em Brasília. Compa-  
receram todos os diretores dos órgãos educacionais do  
Ministério da Educação e Cultura. Promovido pelo INEP  
teve as finalidades de:

I) processar a um balanço das iniciativas e realizações du-  
rante o ano de 1966, em matéria de educação;

II) proporcionar ocasião aos planos de responsabilidade soli-  
dária dos Governos Federal, Estaduais e do Distrito Federal para  
manutenção e desenvolvimento do ensino;

III) fortalecer todas as formas de entendimento, intercâmbio,  
cooperação administrativa, recíproco interesse des mesmos governos  
e reclamados pela conjuntura nacional, no campo da educação  
popular;

IV) examinar o estado preparatório para a III Conferência  
Nacional de Educação;

V) permitir uma prévia avaliação:

- a) das iniciativas e realizações no tocante à manutenção e ao  
desenvolvimento do ensino;
- b) do grau de aproveitamento dos programas de assistência  
técnica e ajuda financeira mantidos pelo Governo da União;
- c) dos critérios adotados para utilização dos escassos recursos  
materiais e humanos disponíveis;
- d) dos resultados alcançados na execução dos programas  
compreendidos no Plano Nacional de Educação;

- e) da natureza e grau de proximidade das relações estabelecidas entre a educação e o desenvolvimento nacional.

Quanto ao aperfeiçoamento do magistério, o Grupo de Trabalho que tratou de tal assunto, recomendou:

I — Sejam instalados anualmente Centros de Formação Pedagógica, em pontos estratégicos do Território Nacional, de modo que se possa preparar um contingente mínimo de 1.000 novos professores por ano, em cada grupo de cinco Centros.

II — Sejam realizados os cursos, os seminários e os estágios abaixo relacionados, para atender ao aperfeiçoamento do magistério nacional, num plano decenal.

- 1º) Seminário sobre Reforma dos Cursos Normais.
- 2º) Preparo e aperfeiçoamento de diretores e professores de Curso Normal.
- 3º) Preparo e aperfeiçoamento de professores para os Centros de Treinamento do Magistério.
- 4º) Preparo de professores para as Escolas de Demonstração dos Centros de Treinamento do Magistério.
- 5º) Aperfeiçoamento de professores primários.
- 6º) Formação de professores primários de emergência.
- 7º) Formação intensiva de novos professores primários.
- 8º) Preparo de professores encarregados de orientar professores de Escolas isoladas.
- 9º) Preparo de professores e orientadores de crianças excepcionais.
- 10º) Preparo de diretores de Escolas Primárias.
- 11º) Preparo de professores de Artes Industriais.
- 12º) Formação de professores-supervisores.

- 13º) Preparo de especialistas em recursos áudio-visuais.
- 14º) Preparo de orientadores para diversas atividades do currículo da Escola Primária.
- 15º) Seminário para professores encarregados da preparação de docentes para 5ª e 6ª séries.
- 16º) Preparo de Pessoal Técnico para as Secretarias de Educação e Cultura das várias Unidades da Federação.

III — Que o Governo Federal se empenhe, junto às Secretarias de Educação e Cultura dos Estados e respectivos Conselhos de Educação, no sentido de que sejam cumpridas, de imediato, as prescrições dos artigos 104 e 116 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação.

— O artigo 104 permitindo a organização de cursos ou escolas experimentais, com currículos-métodos e períodos escolares próprios, abriu perspectivas novas às Unidades da Federação, para a instalação de Centros de Formação de Professores Primários.

— O artigo 116, por sua vez, determina:

"Enquanto não houver número suficiente de professores primários formados pelas Escolas Normais ou pelos Institutos de Educação e sempre que se registre esta falta, a habilitação do exercício do magistério, a título precário, até que cesse a falta, será feita por meio de exame de suficiência realizado na Escola Normal ou Instituto de Educação Oficial, para tanto credenciado pelo Conselho Estadual de Educação".

IV — Que o Ministério da Educação e Cultura, por seus órgãos próprios, se empenhe no sentido de que as Secretarias de Educação dos vários Estados:

— aproveitem adequadamente os funcionários bolsistas que completarem os cursos e estágios realizados pelo INEP.

— nomeiem para as funções docentes prioritariamente, quer na rede Estadual do ensino primário, quer na rede municipal, professores formados por Escolas Normais, ou capacitados nos Centros de Treinamento do Magistério, orientados e mantidos em convênios com o INEP e com organismos internacionais.

No encerramento do Encontro foi entregue uma filмотeca de 120 filmes educativos à Universidade de Brasília para exibição em todo o Planalto Central.

O Encontro de Secretários foi precedido de uma reunião, realizada na Guanabara, nos dias 4 e 5 de janeiro, dos Diretores dos Centros Regionais de Pesquisas Educacionais. Essa reunião foi convocada pelo diretor do INEP para a apresentação e discussão do programa de trabalho daqueles órgãos subordinados ao Instituto no ano de 1967, assim como de outros assuntos e problemas legados à sua administração e de interesse de educação no Brasil.

Durante o encontro foram entregues filмотecas aos diversos Centros Regionais de Pesquisa Educacional.

## ASSISTÊNCIA AO ESTUDANTE

Não se descurou o Ministério da Educação e Cultura do problema de assistência ao estudante, colocando à sua disposição os meios necessários para melhor rendimento do trabalho escolar.

Nesse sentido, vale assinalar o trabalho da "*Campanha Nacional de Alimentação Escolar*", que, em 1966, forneceu 9.112.500 merendas e 2.200.000 almoços por dia, dando atendimento a 11.312.000 escolares.

No período de 20 de fevereiro a 3 de março de 1967, está em realização a VII Reunião de Representantes Regionais, na Guanabara, debatendo temas de ordem técnica, administrativa e legal, promovendo conferências sobre a ciência da nutrição e da administração pública.

A "*Campanha Nacional de Material de Ensino*" prosseguiu no seu programa de fabricação e distribuição do material escolar, assim como no de reedição de obras de consulta e edição de novas.

Tomando-se por base a produção média anual nos dez anos de existência da Campanha, pode-se concluir que em 1966 a sua produção cresceu na proporção de 150%, sendo as suas edições, atualmente, consideradas as maiores do País.

Fm relação à distribuição de material de ensino, feito através de seus próprios 56 postos de distribuição para não onerar o seu preço, a arrecadação excedeu à previsão inicial. Quando à receita prevista para 1966 era, num plano otimista, de Cr\$ 1.067.000.000 (um bilhão e sessenta e sete milhões), até o dia 30 de novembro próximo passado foram recolhidos Cr\$ 1.198.138.030, correspondentes à distribuição de 46.750.841 unidades de material didático.

Comparando-se com a receita do ano anterior ..... Cr\$ 756.449.785, sente-se o crescimento vertiginoso do serviço de distribuição.

O plano para 1967 pretende ampliar a produção e intensificar a distribuição do material escolar. Para tanto prevêm-se a ampliação das instalações na Guanabara, a construção de loja e depósito em Brasília, nova loja na Guanabara e a construção de mais dez postos em cidades de grande população estudantil, além do melhoramento das instalações dos 56 postos já existentes.

A *CONABE* se acha, no momento, estudando inúmeros pedidos de bolsas para o Ensino Médio, visando ao seu atendimento.

Em 1966, a *Coordenação Nacional de Bolsas de Estudos* pagou Cr\$ 100.000 (cem mil cruzeiros) para as comuns e Cr\$ 175.000 (cento e setenta e cinco mil cruzeiros) para bolsas a órfãos e ex-expedicionários. Até a presente data foram pagas 1664 bolsas comuns das 1919 pedidas; 613 das 775 pedidas para órfãos e 349 das 405 para filhos de expedicionários.

Algumas foram canceladas e outras não localizadas.

## ENSINO EMENDATIVO

### 1. INSTITUTO NACIONAL DE EDUCAÇÃO DE SURDOS

Em 1966 o INES, Instituto Nacional de Educação de Surdos, foi enriquecido com a aquisição de material Didático Montessori, para o Jardim de Infância, tendo formado 30 professores para a aplicação do novo método.

O centro de Logopedia recebeu vários aparelhos técnicos de alta precisão, que vêm prestando grande auxílio na correção pedagógica da fala. Três bolsas de estudos para logopedia foram concedidas nesse ano.

No Setor de Especialização de Professores, o INES, em entrosamento com entidades educacionais dos Estados, proporcionou, em 1966, bolsas de estudos em número de 22. Diplomaram-se professores de vários Estados, aptos a lecionar em classes ou escolas especializadas de ensino emendativo para deficientes de audição e da fala. No ano de 1967, serão distribuídas novas bolsas a novas professoras, visando o mesmo ensino emendativo e ainda o supletivo.

Foi executada em 1966 a pintura do prédio, reforma do auditório, recuperação do pavilhão destinado ao ensino profissional e restauração da rede elétrica principal. Para 1967, está prevista a recuperação total da cozinha e correção dos telhados danificados pelas chuvas.

Deverão ser inauguradas as oficinas para o Ginásio Orientado para o Trabalho, que estiveram em obras no ano que passou, obedecendo às normas dos padrões modernos de ensino. Essas obras foram auxiliadas por três convênios assinados em 1966.

Será também inaugurado o novo setor áudio-visual, contando com professores especializados e inclusão de filmoteca.

O INES deverá, ainda, reeditar publicação especializada para educação de surdos, distribuída a pessoas interessadas. É uma publicação de custo elevado, contendo assuntos atualizados sobre a educação dos deficientes.

## 2. INSTITUTO BENJAMIN CONSTANT

O IBC funcionou em 1966 com 310 alunos, distribuídos no Jardim de Infância, Primário: — fundamental e supletivo, Ginásio, Profissional, Musical e Práticas Educativas.

A atual chefia da Seção de Educação e Ensino criou um Grupo de Coordenadores, visando descentralizar a orientação e fiscalização dos cursos existentes.

Organizou-se a sala de recreação orientada para alunos do Jardim de Infância e do Primário, com 62 alunos.

Promoveram-se pesquisas no mercado de Trabalho e estudos sobre a situação sócio-econômica do cego e sua família.

Em setembro, organizou-se um Museu que expõe peças e aparelhos especializados para o ensino moderno de cegos, e trabalhos de alunos, material de leitura, mapas etc.

As sobras de material, anteriormente desperdiçadas, foram utilizadas e criou-se a Caixa Escolar com o fim de empregar contribuição em serviços que beneficiam diretamente aos alunos, sendo dirigida por uma Comissão composta de 3 membros: um professor, um funcionário e um aluno.

Para 1967, tem-se em planos a organização de oficinas orientadas para o trabalho, visando a um ensino mais prático aos cegos.

Digna de relevo foi a realização do *Seminário Preparatório ao 1º Congresso Nacional de Educação de Deficientes*, tendo como temas Educação, Reabilitação e Ocupação Profissional. Levado a efeito de 13 a 15 de dezembro de 1966, no Instituto Benjamin Constant, reuniu especialistas no ensino aos deficientes da visão, da audição e fala, do aparelho locomotor e mentais.

As recomendações resultantes das conclusões a que chegaram os diversos grupos de trabalho são as seguintes:

"I) Considerando-se ser de interesse dos professores de excepcionais em geral congregarem-se em uma Associação de Classe, para defesa de interesse e objetivos comuns, recomendamos:

- a) que a Associação Brasileira de Professores de Cegos e Amblíopes, já existente e com personalidade jurídica, se transforme em Associação Brasileira de Professores de Excepcionais;
- b) que caiba aos responsáveis pela Associação Brasileira de Professores de Cegos e Amblíopes tomar medidas necessárias a essa transformação.

II) Considerando-se que, em conclaves onde são debatidos assuntos técnicos, se exige, para o bom andamento dos trabalhos e economia de tempo, definição de objetivos, real conhecimento dos temas debatidos, e considerando-se também ser necessário um maior conhecimento das experiências e trabalhos realizados em outras regiões, recomendamos:

1) que a representação do próximo Congresso Nacional de Educação de Deficientes seja composta por técnicos especializados dos vários setores do campo de educação e reabilitação de excepcionais;

2) que seja solicitada à UNESCO e a OEA a participação de técnicos representantes dessas entidades nos trabalhos do referido Congresso.

III) Vimos sentindo, de longa data, a necessidade de uniformização da terminologia técnica, no terreno da educação de surdos; a conceituação fica, muitas vezes, prejudicada, pelo emprego de diferente terminologia para o mesmo assunto, em que pese a consagração da expressão "excepcionais", pela Lei de Diretrizes e Bases. Sugerimos estudos para essa providência.

Considerando ser aconselhável, desde já, marcar época do Congresso Nacional de Educação e Reabilitação dos Excepcionais e considerando a necessidade de espaço de tempo razoável para a organização do conclave, solicitamos seja sugerido ao Exmo. Sr. Ministro de Estado da Educação e Cultura a realização no ano de 1968 fora de período letivo."

#### TELEVISÃO EDUCATIVA

Prosseguiram os trabalhos relativos à Televisão Educativa, sendo duas as realizações de importância neste campo:

a) a instituição do *Fundo de Financiamento de Televisão Educativa*, por Decreto nº 59.396 de 14 de outubro de 1966, publicado no D. O. de 20 de outubro de 1966; órgão "de natureza contábil e destinado a prover recursos para financiar a instalação e a manutenção de um sistema de TV Educativa;

b) a criação, por Lei nº 5.198 de 3 de janeiro de 1967 publicada no D. O. de 4 de janeiro de 1967, do *Centro Brasileiro*

*de TV Educativa* que "terá por finalidade a produção, aquisição e distribuição de material áudio-visual, destinado à radiodifusão educativa".

## CENTRO DE ORIENTAÇÃO DE PROTEÇÃO COMUNITÁRIA

O COPROC, em colaboração com o Estado da Guanabara, a 16 de novembro de 1966 promoveu a 1ª *Manobra Didática de Socorro à Comunidade — Operação de Proteção Civil*, na Lagoa Rodrigo de Freitas.

## RADIODIFUSÃO EDUCATIVA

O *Setor Rádio TV Educativa* desenvolveu um programa de cursos de madureza através de emissoras radiofônicas em mais de dez Unidades Federadas, e este programa deverá estender-se, no ano corrente, aos Estados do Maranhão e Alagoas.

Em 1966, o total de alunos que acompanharam os cursos de madureza foi de 27.332, nos Estados: Rio Grande do Norte, Ceará, Paraíba, Sergipe, Bahia, Guanabara, São Paulo, Mato Grosso, Rio Grande do Sul, Minas Gerais e Pernambuco, sendo estes três últimos os que apresentaram maior índice de audiência.

Foi de Cr\$ 270.990.000 o montante dos gastos com os cursos de madureza.

Para 1967 está prevista a inclusão do Maranhão e de Alagoas no sistema de Radiodifusão Educativa.

## ENSINO SUPERIOR

Relativamente ao ensino superior, os pontos mais importantes objetivados, foram os seguintes:

- I — Expansão ordenada das matrículas II —  
Regulamentação do Estatuto do Magistério
- III — Supervisão do ensino superior
- IV — Política estudantil
- V — Reestruturação das Universidades.

#### I — EXPANSÃO ORDENADA DAS MATRÍCULAS

Reconhecendo a baixa relação entre profissionais e a população, sobretudo em certas zonas geográficas do País, e verificando a falta de vagas para o pequeno número de estudantes brasileiros que conseguem terminar a última série do ciclo colegial, procurou-se efetivar a expansão do ensino superior, através das seguintes medidas:

1) Criação e ampliação dos cursos de pós-graduação. Como decorrência do artigo 25 da Lei nº 4 881-A, de 6-12-65, o Conselho Federal de Educação conceituou a expressão "curso pós graduação" frente ao disposto na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, indicando os graus que poderiam conferir — Parecer nº 977/65. Como consequência, foi convocado o I Seminário de Ensino Superior, em novembro de 1956, em que se aprofundou o exame da matéria, chegando à conclusão de que é necessário constituir Centros nacionais e regionais do pós-graduação.

A CAPES concedeu o total de NCr\$ 4.362.978.322 (quatro milhões trezentos e sessenta e dois mil e novecentos e setenta e oito cruzeiros novos e trezentos e vinte e dois centavos) em bolsas, a saber:

a) *No País*

- 1) NCr\$ 2.693.013.235 (dois milhões seiscentos e noventa e três mil treze cruzeiros novos e vinte e três centavos ) para 1 031 bolsas para cursos.

2) NCr\$ 68.210.000 (sessenta e oito mil duzentos e dez cruzeiros novos) para 152 bolsas revisão de cursos.

b) *No estrangeiro*

1) em março e em junho NCr\$ 417.221.629 (quatrocentos e dezessete mil e duzentos e vinte e um cruzeiros novos e sessenta e dois centavos).

2) em abril e em outubro NCr\$ 1.184.533.458 (um milhão cento e oitenta e quatro mil quinhentos e trinta e três cruzeiros novos e quarenta e cinco centavos) .

2) Pesquisas — Deu-se prosseguimento aos estudos relativos entre *oferta* e *demand*a de cursos, regionalmente, através de monografias elaboradas por especialistas.

3) Criação de cursos — Em 1966 foram autorizados 15 (quinze) estabelecimentos de Ensino Superior, a saber:

2 de Agronomia

4 de Ciências Econômicas

9 de Direito.

Em 1967 foi criada uma Faculdade de Direito, bem como a Universidade de Caxias do Sul e a Fundação Universidade de Sergipe.

Foi instalada, em 1967, a Universidade do Maranhão, mantida pela Fundação Universidade do Maranhão, criada em 1966.

4) Reequipamento dos Estabelecimentos — A CAPES ofereceu recursos para equipamento e reequipamento de estabelecimentos de ensino superior, no valor de NCr\$ 4.756.925.000 (quatro milhões setecentos e cinquenta e seis mil e novecentos

e vinte e cinco cruzeiros novos), correspondentes a convênios realizados em 1966.

A DESu celebrou 323 convênios, no valor de ..... NCr\$ 9.121.183,65 (nove milhões cento e vinte e um mil cento e oitenta e três cruzeiros e sessenta e cinco centavos).

Como estímulo à implantação de cursos de pós graduação ou à sua expansão, bem como ao regime de Tempo Integral do Corpo Docente, a CAPES ofereceu NCr\$ 292.000.000 (duzentos e noventa e dois mil cruzeiros novos) para organizar o funcionamento de cursos de pós graduação, bem como NCr\$ 190.000.000 (cento e noventa mil cruzeiros novos), para complementação de salários, a fim de manter o regime de tempo integral.

5) Assistência ao estudante — Para facilitar a matrícula de 1 613 estudantes carentes de recursos, a DESu distribuiu, a partir de 1-7-66, bolsas no valor de NCr\$ 858.197.000 (oitocentos e cinquenta mil e noventa e sete cruzeiros novos), beneficiando as áreas especialmente: agronomia, engenharia, enfermagem, medicina e química. Foram atendidos 18 Estados e Distrito Federal.

6) Recursos extraordinários — A CAPES continuou administrando projeto CAPES-BNDE-BID no valor de ..... US\$ 4.000.000 (quatro milhões de dólares).

Está em fase de ultimateção empréstimo do Banco Interamericano de Desenvolvimento a diversas Universidades.

## II — REGULAMENTAÇÃO DO ESTATUTO DO MAGISTÉRIO

Embora a Lei nº 4.881-A, de 6-12-1965 fosse auto aplicável, suscitou uma série de dúvidas e problemas, daí decorrendo a necessidade de regulamentação. O projeto de decreto, elaborado

por Comissão especializada, foi submetido, sucessivamente, ao Fórum de Reitores, ao Conselho Federal de Educação, ao Departamento Administrativo de Serviço Público, tendo sido baixado o Decreto nº 59.676, de 6-12-1966.

### III — SUPERVISÃO DO ENSINO SUPERIOR

Já foram nomeados 13 Comissões de Especialistas de Ensino, nas diversas áreas, tendo sido baixado, pela Diretoria do Ensino Superior, o Regimento de seu funcionamento.

Esse o sistema que poderá conduzir a bons resultados, pela impessoalidade com que são examinadas as pretensões dos estabelecimentos segundo critérios objetivos. Levantam, atualmente, as condições mínimas que devem atender os estabelecimentos em cada faixa de classificação.

### IV — POLÍTICA ESTUDANTIL

Foi baixado o Decreto-Lei nº 228, de 28-2-1967, que reformula a Lei nº 4.464, de 9 de novembro de 1964, extinguindo a representação discente fora do âmbito da Escola e da Universidade, paralelamente ao que se faz com o corpo docente. Criou-se a Conferência Nacional do Estudante Universitário, que permitirá o encontro nacional dos estudantes, para estudo de problemas educacionais.

### V — REFORMA UNIVERSITÁRIA

As diretrizes e bases traçadas para a reestruturação das Universidades pelo Decreto-lei nº 53, de 18-11-1966, agora complementado pelo Decreto-lei nº 252, de 28-2-1967, abriram caminho para uma ampla reforma da Universidade, há tanto reclamada.

Sem procurar ditar um modelo rígido, cada Universidade poderá escolher o tipo que mais lhe convenha segundo a sua posição regional e as funções a que está chamada a preencher.

A nova linha de estruturação evitará a duplicação, numa Universidade, de estabelecimentos com o mesmo objetivo, bem como de laboratórios, gabinetes e bibliotecas. De outra parte, facilitará a integração, pela melhor forma, do ensino com a pesquisa, com o propósito de obter o rendimento desejado em ambos os campos da atividade universitária.

Essas medidas trarão, certamente, o aprimoramento do ensino superior e, ao mesmo tempo, impedirão a existência de recursos ociosos, além de aumentar a produtividade dos recursos materiais e humanos.

## CULTURA

Em relação à Cultura as atividades do Ministério da Educação e Cultura tiveram a maior expansão, dentro dos recursos disponíveis em todos os setores.

No campo da comunicação visual cumpre assinalar, principalmente, as exposições realizadas pelos Museus de Belas-Artes, Histórico e Biblioteca Nacional em número superior a 20, e ainda as exposições da Comissão Nacional de Belas-Artes, com seus dois salões, cada órgão cumprindo suas finalidades, mostrando o que se vem fazendo, não só no sentido da pura criação artística como, expondo os acervos de caráter histórico ou não. Todo o material exposto, de uma forma geral, serviu de base a conferências, debates etc, para uma explicação mais ampla e uma compreensão melhor. Nesse setor, da comunicação visual, há que se assinalar ainda o papel preponderante do ex-Instituto Nacional de Cinema Educativo, transformado pelo Decreto-lei nº 34 no Instituto Nacional do Cinema, com atribuições muito mais amplas, que,

além de cumprir suas finalidades de estímulo ao cinema — sob todas suas formas — desenvolveu um grande esforço no sentido de estimular, junto aos estabelecimentos de ensino e entidades congêneres, a utilização dos recursos áudio-visuais, não só com empréstimos como doações de filmes e diafilmes versando sobre temas artísticos, técnicos, científicos etc.

Fato novo, significativo, foi a criação da Seção Filatélica no Museu Histórico Nacional.

A divulgação, a informação e a crítica de todos os aspectos da cultura — acumulada ou em produção — foi feita através de publicações que abrangeram desde o folclore até as publicações da Casa de Rui Barbosa, destacando-se o Instituto Nacional do Livro, com a sua respectiva Campanha, com a distribuição de livros em larga escala por inúmeras bibliotecas disseminadas no País.

O campo da música foi trabalhado de maneira eficaz, destacando-se o Concurso Internacional de Quartetos de Cordas de Vila-Lobos, como as programações de alto caráter artístico-educativo, produzidos pela Rádio Ministério da Educação. Os discos prensados, embora em números modestos, sobressaíram pela alta qualidade do repertório e perfeição técnica.

Quanto ao patrimônio artístico, histórico, a Diretoria que lhe diz respeito trabalhou em conservação ou restauração, em 97 monumentos e 8 conjuntos de cidades-monumentos, distribuídos em 17 Estados da União.

No setor de teatro, de 1º de julho até a presente data, o Teatro Nacional de Comédia foi cedido 8 vezes para diversas atividades; teve lugar no Teatro do Conservatório, a temporada com três representações e a temporada oficial ficou marcada com a representação de "Rasto Atrás", de Jorge Andrade, além da montagem de diversas representações. Os alunos do Conservatório assistiram a todas as grandes peças representadas durante o ano;

foram adquiridos inúmeros textos e comprados mais de 20 volumes versando matéria de teatro. Adquiriu para doação a grupos tea-trais mais de 15 peças e realizou o Concurso Permanente de Peças, "Prêmio Serviço Nacional do Teatro".

Mas, incontestavelmente, onde a atual administração deu maior impulso as atividades culturais — abrindo largas perspectivas — além da criação do Fundo Nacional de Cultura — foi a criação pelo Decreto-Lei nº 74, de 21 de novembro de 1966, do Conselho Federal de Cultura, órgão destinado a dar o mais amplo apoio as atividades específicas do conhecimento e da criação, tendo como ponto de partida uma informação bastante exata das necessidades no campo cultural, baseada num trabalho de levantamento e análise, para formulação "de uma política cultural nacional, nos limites de suas atribuições".

Nomeados Conselheiros os Srs.: Josué Montelo, Guimarães Rosa, Adonias Filho, Clarival Valadares, Pedro Calmon, Afonso Arinos, Andrade Murici, Câmara Cascudo, Rodrigo Melo Franco, Hélio Viana, Cassiano Ricardo, Otávio de Faria, Manuel Diegues Júnior, Djacir Menezes, Rachel de Queirós, Armando Schnoor, Gustavo Corção, Raimundo Castro Maia, Gilberto Freire, Ariano Suassuna, Dom Marcos Barbosa, Arthur César Ferreira Reis, Moysés Velhinho e Roberto Burle Marx, que irão compor as câmaras de Artes, Letras, Ciências Humanas e Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, instalou-se o Conselho Federal de Cultura a 27 de fevereiro do corrente ano. Com uma tal representação das diversas áreas culturais brasileiras — como de áreas geográficas. também, acreditamos firmemente que o Conselho cumprirá sua alta finalidade em relação à Cultura.